

Manual da Assembleia Geral Ordinária

E

Proposta da Administração

Companhia de Gás de São Paulo – Comgás

24.07.2020



Sumário

MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	3
1. OBJETO	3
2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS	9
3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	9
4. LOCAL DA ASSEMBLEIA GERAL	10
5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO REMOTA.	10
6. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA BOLETINS DE VOTO A DISTÂNCIA	13
7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	15
8. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS	16
9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL	16
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	18
ANEXO I – SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	18
ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DA COMPANHIA (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)	75
ANEXO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA INDICADOS PELA ACIONISTA CONTROLADORA (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	85
ANEXO IV – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA INDICADOS PELA ACIONISTA CONTROLADORA (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	98
ANEXO V – REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019	111
(ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	111

COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO – COMGÁS

CNPJ/MF nº 61.856.571/0001-17

NIRE 35.300.045.611

Companhia Aberta

MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Senhores Acionistas,

A administração da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 4º andar, Salas 41 e 42, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.045.611, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 61.856.571/0001-17, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 15636 (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”), vem apresentar a V. Sas. o presente Manual da Assembleia Geral Ordinária (“Manual”) e Proposta da Administração (“Proposta”) a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, em 24 de julho de 2020, às 10:00h, na sua sede social (“Assembleia Geral”).

A Companhia informa que, em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19) e as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, incluindo evitar a aglomeração de pessoas, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 622 de 17 de abril de 2020 (“ICVM 622/20”) que alterou alguns dispositivos da ICVM 481/09.

1. OBJETO

O objeto deste Manual e Proposta é descrever (i) as instruções para participação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada às 10:00 do dia 24 de julho de 2020; e (ii) as matérias que serão examinadas, discutidas e votadas na Assembleia Geral, a saber:

- (i) *Apreciação das contas dos Administradores e do relatório da Administração, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019.*

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas pelos Srs. Acionistas as contas dos administradores, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os quais obtiveram pareceres favoráveis dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme divulgações realizadas nos websites CVM e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) em 11 de fevereiro de 2020 e publicações em 14 de fevereiro de 2020 nos jornais “Diário Oficial de São Paulo” e “Folha de S. Paulo”, considerando a proposta de destinação do lucro líquido descrita no item (ii) abaixo. Adicionalmente, a Administração da Companhia declara que, nos termos do inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09, o item 10 do formulário de referência consta como **Anexo I** à Proposta, o qual contém comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia.

- (ii) *Destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31.12.2019.*

A Administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 tenha a destinação abaixo prevista, a qual: (i) se encontra detalhada no **Anexo II** da Proposta, o qual foi elaborado nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09; e (ii) obteve parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia em 06 de fevereiro de 2020. Assim, lucro líquido do exercício de R\$ 1.367.178.790,14 (um bilhão, trezentos e sessenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e noventa reais e catorze centavos) acrescido da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2019 no valor de R\$ 410,38 (quatrocentos e dez reais e trinta e oito centavos), resultando no montante de R\$ 1.367.178.379,76 (um bilhão, trezentos e sessenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), será destinado da seguinte forma:

- (a) R\$ 68.358.918,99 (sessenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais e noventa e nove centavos) para constituição de reserva legal;
- (b) R\$ 324.704.865,19 (trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos) correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório, ao qual serão imputados: (b.1) R\$ 164.954.350,97 (cento e sessenta e quatro milhões, novecentos

e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), a título de juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2019 e calculados até 30 de novembro de 2019, dos quais a parcela de R\$ 24.736.138,94 (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos) corresponde ao valor do imposto de renda retido da fonte (IRRF), resultando no montante líquido creditado aos acionistas de R\$ 140.218.212,03 (cento e quarenta milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e doze reais e três centavos), pagos em 26.12.2019, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019; (b.2) R\$ 997.957.992,16 (novecentos e noventa e sete milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) correspondentes ao montante de dividendos intercalares, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pagos aos acionistas em 26.12.2019, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019; (b.3) R\$ 837.087.656,87 (oitocentos e trinta e sete milhões oitenta e sete mil seiscientos e cinquenta e seis reais e oitenta e sete centavos) correspondentes ao montante de dividendos intermediários, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pagos aos acionistas em 26.12.2019, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019; e (b.4) R\$ 135.907.117,64 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e sete mil, cento e dezessete reais e sessenta e quatro centavos) correspondentes ao montante de dividendos intercalares, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pagos em 10.02.2020, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019. Considerando que o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas conforme item (b.1) acima e os montantes de dividendos intercalares pagos aos acionistas conforme itens (b.2) e (b.4) acima e de dividendos intermediários pagos aos acionistas conforme item (b.3) acima superam o valor do dividendo obrigatório para o exercício social encerrado em 31.12.2019, não haverá saldo de dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

- (c) Tendo em vista que o montante bruto de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas conforme item (b.1) acima e os montantes de dividendos intercalares pagos aos acionistas conforme itens (b.2) e (b.4) acima totalizam o lucro líquido ajustado da Companhia, não há saldo a ser retido pela Companhia.

Assim, a Administração da Companhia propõe que a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 seja aprovada pelos Srs. Acionistas, nos termos do **Anexo II** Proposta, o qual foi elaborado de acordo com o Anexo 9-1-II da ICVM 481/09.

(iii) Ratificação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2019 e aprovação do Orçamento de Capital referente ao exercício de 2020.

A Administração da Companhia propõe:

- (a)** a ratificação da alteração do orçamento de capital referente ao exercício de 2019 no valor de até R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), conforme reunião do Conselho Fiscal realizada em 05 de agosto de 2019 e reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2019; e
- (b)** que o orçamento de capital referente ao exercício de 2020, previamente aprovado pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2020 e pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020, que prevê investimentos no valor total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), seja aprovado pela Assembleia Geral.

(iv) Definição do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 07 (sete) membros. O número de Conselheiros proposto assume a eleição de 06 (seis) membros do Conselho de Administração indicados pela Compass Gás e Energia S.A. (“Acionista Controladora”), mais 01 (um) membro representante dos empregados eleito pelos empregados da Companhia em eleição realizada em 30 de março de 2020.

Considerando que a Acionista Controladora detém aproximadamente (i) 99,84% das ações ordinárias da Companhia e (ii) 99,14% do capital social da Companhia, nos termos da Lei das S.A., os acionistas minoritários não têm como exercer o direito de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio da sistemática do voto múltiplo e em votação em separado.

(v) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com a homologação do resultado da eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração da Companhia.

Conforme dispõe o Estatuto Social da Companhia, faz-se necessária a eleição dos membros para compor o Conselho de Administração, que terão mandato de 2 (dois) anos. Nesse sentido, a Acionista Controladora indicou uma chapa formada pelos seguintes membros:

1. Burkhard Otto Cordes
2. Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães
3. Marcelo Eduardo Martins
4. Maria Rita Carvalho de Drummond
5. Nelson Roseira Gomes Neto
6. Rubens Ometto Silveira Mello

Será também submetida à aprovação dos acionistas da Companhia, a homologação da eleição do membro eleito pelos empregados da Companhia em votação realizada pelos empregados da Companhia em 30 de março de 2020:

1. Silvio Renato Del Boni

O **Anexo III** à Proposta contém maiores informações, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, sobre os membros indicados na chapa da Acionista Controladora e sobre o membro eleito pelos empregados da Companhia.

(vi) Instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

A pedido da Acionista Controladora, propõe-se a instalação do Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2020.

(vii) Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia.

A Acionista Controladora propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, observado o disposto abaixo.

Caso o direito de eleição, em votação em separado, de 1 (um) membro e respectivo suplente, conforme previsto no artigo 161, parágrafo 4º, “a” da Lei das S.A, seja exercido pelos acionistas detentores de ações preferenciais classe A, tal número poderá ser aumentado em um Conselheiro, passando o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020 a ser composto por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes.

(viii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.

A Acionista Controladora indica os seguintes candidatos para comporem o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020:

Membro Titular	Membro Suplente
Carla Alessandra Trematore	Felício Mascarenhas de Andrade
Marcelo Curti	Henrique Aché Pillar
Mario Augusto da Silva	Nadir Dancini Barsanulfo
Vanessa Claro Lopes	Francisco Silvério Morales Céspedes

Em cumprimento à ICVM 481/09, o **Anexo IV** desta proposta contém as informações mínimas previstas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, com relação aos candidatos indicados pela acionista controladora para o Conselho Fiscal da Companhia.

(ix) Ratificação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício de 2019 e aprovação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2020.

A Administração da Companhia propõe:

- (a)** a ratificação do valor global da remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2019, no valor de R\$ 49.029.727,68 (quarenta e nove milhões vinte e nove mil setecentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos; e
- (b)** que o valor global da remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020 seja de até R\$ 37.965.801,64 (trinta e sete milhões novecentos e

sessenta e cinco mil oitocentos e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme detalhamento constante no **Anexo V** da Proposta, que contém informações relativas ao item 13 do formulário de referência.

2. DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS

A administração da Companhia, em atendimento ao disposto nos artigos 133 e 135 da Lei das S.A., das normas da ICVM 481/09 e das normas da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”), coloca à disposição dos Senhores Acionistas, com 1 (um) mês de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, os seguintes documentos:

- (i) Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (ii) Demonstrações financeiras;
- (iii) Relatório anual dos auditores independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras;
- (v) Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações financeiras;
- (vi) Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário;
- (vii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes;
- (viii) Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis;
- (ix) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas;
- (x) Boletins de voto a distância; e
- (xi) O presente Manual e Proposta para a Assembleia Geral com seus respectivos anexos.

Os documentos arrolados acima estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.comgas.com.br/>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) na rede mundial de computadores.

3. CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., a Assembleia Geral será convocada por anúncio publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia por 3 (três) vezes, contendo no mínimo o local,

a data e hora da assembleia, a ordem do dia, os procedimentos para participação e voto e a forma de assembleia, que, nesse caso, será exclusivamente digital.

De acordo com a legislação aplicável, a primeira publicação do anúncio de convocação de assembleia geral de companhias abertas será realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da assembleia geral, no Diário Oficial do Estado onde se localiza a sede da companhia e em jornal de grande circulação editado no local da sede.

4. LOCAL DA ASSEMBLEIA GERAL

A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral sem a necessidade de se fazerem presentes fisicamente (assembleia exclusivamente digital). Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados nos itens 5 e 6 abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar por meio eletrônico na plataforma digital ou por boletim de voto a distância.

Apenas a mesa, composta pelo presidente, secretário, diretor da Companhia e equipe de apoio poderá participar da Assembleia Geral presencialmente.

Conforme dispõe o artigo 4º, § 3º da ICVM 481/09, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia.

Em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), a administração da Companhia recomenda que os seus acionistas optem pela participação por meio dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia nos termos da ICVM 481/09 e conforme instruções contidas neste Manual e Proposta.

5. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO REMOTA

O sistema eletrônico para participação remota estará disponível para acesso a partir das 09:30h do dia 24 de julho de 2020. Por meio da plataforma digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio.

As orientações e os dados para conexão no sistema eletrônico, incluindo a senha necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail Investidores@comgas.com.br, aos cuidados da Área de Relações com Investidores da Companhia, até o dia 22 de julho de 2020 (inclusive). Nesse mesmo e-mail os acionistas deverão enviar também os documentos abaixo relacionados.

Conforme dispõe o artigo 21-C, § 1º da ICVM 481/09, o sistema eletrônico assegurará o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas.

Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos:

- (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso;
- (ii) comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, no máximo, 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral;
- (iii) procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou assinada digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil), em caso de participação por meio de representante; e/ou
- (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar da Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A.

Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

A Companhia não exigirá (i) cópia autenticada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, admitindo-se a apresentação por meio de protocolo digital; e (ii) a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas.

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, bem como do artigo 5º § 3º da ICVM 481/09, os Senhores Acionistas deverão enviar os documentos necessários para participação na Assembleia Geral, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência, aos cuidados da Área de Relações com Investidores para o e-mail Investidores@comgas.com.br. Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação após dia 22 de julho de 2020 não poderão participar da assembleia.

Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância na forma do item 6 abaixo, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas neste item 5.

A ata da Assembleia Geral será lida no final da reunião.

6. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL VIA BOLETINS DE VOTO A DISTÂNCIA

A ICVM 481/09 regulamenta a votação a distância e a inclusão de propostas de deliberação e candidatos em assembleias gerais de companhias abertas registradas na categoria A autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores e que possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e daquelas mantidas em tesouraria.

Dessa forma, a Companhia disponibilizou boletim de voto a distância, conforme descrito abaixo, na presente data, na página da Companhia (<http://ri.comgas.com.br/>) e nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) na rede mundial de computadores, em versão passível de impressão e preenchimento manual.

Os acionistas que optarem por manifestar seus votos a distância na Assembleia Geral deverão preencher o boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia indicando se desejam aprovar, rejeitar ou abster-se de votar nas deliberações descritas no boletim, observados os seguintes procedimentos:

a) Envio dos boletins diretamente à Companhia

Depois de preenchido o boletim, os Senhores Acionistas deverão enviar, por meio eletrônico, aos cuidados da Área de Relações com Investidores no e-mail Investidores@comgas.com.br, observando-se os requisitos previstos na ICVM 481/09, os seguintes documentos:

- (i) uma via do boletim de voto a distância relativos à Assembleia Geral, com todos os campos

devidamente preenchidos, todas as páginas rubricadas e a última página assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is); e

- (ii) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante legal signatário dos boletins, em conformidade com as instruções contidas no item 5 do presente Manual.

Para serem aceitos, os boletins de voto, observado o disposto acima, deverão ser recebidos pela Companhia até o dia **17 de julho de 2020**, inclusive.

A Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço eletrônico informado pelos acionistas nos boletins de voto a distância, no prazo de 3 (três) dias, sobre a validade dos boletins de voto a distância e dos documentos que o acompanham. A Companhia comunicará aos acionistas, no mesmo prazo, sobre eventual necessidade de retificação ou reenvio dos boletins e/ou dos documentos que o acompanham. Caso haja necessidade de retificação ou reenvio dos boletins e/ou dos documentos que o acompanham pelos acionistas, o mesmo deve ser feito até **22 de julho de 2020**, nos termos do parágrafo único, do artigo 21-U, da ICVM 481/09.

b) Envio por meio dos prestadores de serviço

Conforme facultado pelo art. 21-B da ICVM 481/09, além do envio do boletim de voto a distância diretamente para a Companhia, os Senhores Acionistas poderão enviar instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, desde que sejam respeitados os prazos acima para recebimento dos boletins pela Companhia.

Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A.

O agente de custódia e a Itaú Corretora de Valores S.A. verificarão as instruções de voto fornecidas pelos acionistas, mas não são responsáveis por verificar a elegibilidade do acionista para exercício do direito de voto, função que caberá à Companhia.

As instruções de voto feitas por acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., deverão ser realizadas por meio do site Itaú Assembleia Digital. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital>.

Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia e com a Itaú Corretora de Valores S.A., caso necessitem de informações adicionais, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

No caso de acionistas que possuam parte das ações de emissão da Companhia de sua titularidade em custódia e parte em ambiente escritural, ou que possuam ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante, as instruções de voto podem ser enviadas apenas para uma instituição, sendo que o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações de titularidade do acionista.

Em atendimento à ICVM 481/09, serão desconsideradas quaisquer instruções de voto divergentes em relação a uma mesma deliberação e que tenham sido emitidas por um mesmo acionista, considerado, para tanto, o seu número no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) ou CNPJ/ME.

7. REGRAS PARA INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

Como regra geral, enunciada no artigo 125 da Lei das S.A., as assembleias gerais instalam-se, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações

com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

8. MAIORIA PARA APROVAÇÃO DAS MATÉRIAS

As deliberações das assembleias gerais de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, desconsideradas as abstenções, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A. Em decorrência das matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral não estarem sujeitas à aprovação por maioria qualificada, a aprovação das matérias dependerá do voto da maioria absoluta das ações presentes à Assembleia Geral.

9. ATA DA ASSEMBLEIA GERAL

Os trabalhos da Assembleia Geral são documentados por escrito em ata lavrada no “Livro de Atas das Assembleias Gerais”, que será assinada pelos membros da mesa. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral remotamente, bem como aqueles que participarem mediante o envio do boletim de voto a distância, serão certificados pelos membros da mesa e considerados assinantes da Assembleia Geral nos termos do artigo 21-V, § 2º, da ICVM 481/09.

É possível, desde que autorizado pela Assembleia Geral, lavrar a ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas (Lei das S.A., artigo 130, § 1º). Nesse caso, os documentos ou propostas submetidos à assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, deverão ser enviados para o e-mail Investidores@comgas.com.br e serão recebidos pela mesa que certificará o seu recebimento. Tais documentos ficarão arquivados na sede da Companhia (Lei das S.A., artigo 130, § 1º, “a”).

Nos termos da legislação em vigor, serão tiradas certidões da ata da Assembleia Geral, devidamente autenticadas pelo secretário (a), que serão enviadas eletronicamente à CVM e à B3, apresentadas a registro na Junta Comercial do Estado da sede da Companhia, tão logo suas atividades sejam normalizadas, e publicadas no Diário Oficial e no jornal de grande circulação (Lei das S.A., artigo 135, § 1º; artigo 289). Companhias abertas poderão, desde que autorizado pela assembleia geral, publicar a ata com omissão das assinaturas dos acionistas (Lei das S.A., artigo 130, § 2º).

A Companhia informa que a Assembleia Geral será gravada, em cumprimento ao artigo 21-C, § 1º, inciso II da ICVM 481/09.

São Paulo, 24 de junho de 2020.

RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO

Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I – SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A Companhia é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil de acordo com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGÁS.

Em 31 de dezembro de 2019, sua carteira era composta por 2.009.271 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, além de usinas termoeletricas, plantas de cogeração e postos de gás natural veicular (GNV) (1.905.455 em 31 de dezembro de 2018 e 1.791.226 em 31 de dezembro de 2017), crescimento de 5,43% quando comparado ao ano de 2018.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o volume de venda da Companhia por meio de uma rede de distribuição de mais de 17 mil quilômetros totalizou 4.512.371 de metros cúbicos (4.543.298 de metros cúbicos no exercício de 2018 e 4.292.873 em 2017), apresentando decréscimo de 0,7% quando comparado ao ano de 2018. Sua receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.514.222 (R\$ 6.840.011 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 5.537.857 em 31 de dezembro de 2017), apresentando crescimento de 39,1% quando comparado ao ano de 2018.

O volume total de gás distribuído sem termoeletricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, obteve um decréscimo de 0,7 quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passando de 4.543.298 para 4.512.371 metros cúbicos. Quando comparamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com o mesmo período de 2017, obtivemos um acréscimo de 5,9%, passando de 4.291.341 para 4.543.298 metros cúbicos.

A Companhia está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 (vinte) anos e refere-se à distribuição de gás natural para as Regiões Metropolitana de São Paulo e Campinas, além da Baixada Santista e do Vale do Paraíba – área que abriga aproximadamente 177 municípios, responsáveis por 26% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, de acordo com o IBGE (dados de 2017). A Companhia vem expandindo a sua rede de distribuição desde a privatização e com o contínuo investimento em sua rede de distribuição de gás, novas cidades da área de concessão serão atendidas no futuro.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 519.508, representando um decréscimo de 80,9% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.721.324). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 1.367.179 e o EBITDA IFRS de R\$ 2.512.011 (R\$ 2.217.330 EBITDA normalizado), enquanto que o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 1.339.433 e o EBITDA foi de R\$ 2.185.708 (R\$ 1.938.296 EBITDA normalizado).

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia foi de R\$ 2.721.324, representando um acréscimo de 34,91% em relação aquele apresentado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.017.083). O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.339.433 e o EBITDA IFRS de R\$ 2.185.708 (R\$ 2.654.251 EBITDA normalizado), enquanto que o lucro líquido no exercício social do ano anterior totalizou R\$ 640.121 e o EBITDA foi de R\$ 1.517.924 (R\$ 1.737.158 EBITDA normalizado).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 3.597.412, valor esse que representava 6,9 vezes o patrimônio líquido, 1,43 vezes o EBITDA IFRS e 1,62 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 1.555.276, valor esse que representava 0,57 vezes o patrimônio líquido, 0,71 vezes o EBITDA IFRS e 0,59 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures (-) resultado de derivativos (-) caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$ 1.516.963, valor esse que representava 0,75 vezes o patrimônio líquido, 1,00 vezes o EBITDA IFRS e 1,00 vezes o EBITDA normalizado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava índice de liquidez corrente de 0,99, enquanto em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, este índice era de 1,69 e 1,06, respectivamente.

B. ESTRUTURA DE CAPITAL

O setor de distribuição de gás canalizado requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 9,64% de capital próprio e 90,36% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 45,33% de capital próprio e 54,67% de capital de terceiros.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Capital social	536.315	1.650.032
Reserva de capital	6.175	60.032
Reservas de reavaliação	5.761	5.761
Ajuste de avaliação patrimonial	-233.009	-161.597
Reservas de lucros	204.266	1.167.096
Patrimônio líquido	519.508	2.721.324
Capital de terceiros (*)	4.870.212	3.282.617
Passivo circulante	2.807.893	1.915.210
Passivo não circulante	5.124.321	3.724.043
Total do Passivo	7.932.214	5.639.253
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.283.643	1.727.341
Passivo líquido total (**)	6.648.571	3.911.912
Total do passivo e patrimônio líquido	8.451.722	8.360.577

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures. (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 45,33% de capital próprio e 54,67% de capital de terceiros, já em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34,95% de capital próprio e 65,05% de capital de terceiros.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Capital social	1.650.032	1.481.204
Reserva de capital	60.032	227.161
Reservas de reavaliação	5.761	5.838
Ajuste de avaliação patrimonial	-161.597	-129.297
Reservas de lucros	1.167.096	432.177
Patrimônio líquido	2.721.324	2.017.083
Capital de terceiros (*)	3.282.617	3.754.027
Passivo circulante	1.915.210	3.126.675
Passivo não circulante	3.724.043	3.522.807
Total do Passivo	5.639.253	6.649.482
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	1.727.341	2.237.065
Passivo líquido total (**)	3.911.912	4.412.417
Total do passivo e patrimônio líquido	8.360.577	8.666.565

(*) Capital de terceiros = Instrumentos financeiros derivativos + Empréstimos, financiamentos e debêntures. (**) Passivo líquido Total = Total do passivo – caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

Os Diretores informam que o estatuto social da Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Os Diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante do exercício de suas atividades operacionais. O fluxo de caixa líquido de suas atividades operacionais atingiu os montantes de R\$ 2.512.303, R\$ 1.573.171 e R\$ 1.637.103 nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS

Os Diretores da Companhia informam que a estratégia de financiamento de seus investimentos se baseia em linhas de longo prazo, captando empréstimos e financiamentos a custos competitivos, principalmente por meio do mercado de capitais, por meio de emissão de títulos de dívida, e financiamentos com bancos comerciais e agências de fomento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão e manutenção da Companhia.

Para maiores informações vide item 10(f).(i)., abaixo.

E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

Os Diretores da Companhia informam que as captações realizadas nos anos de 2019, 2018 e 2017 não tiveram como objetivo a cobertura de deficiências de liquidez.

F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS, DESCREVENDO AINDA:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2019, o montante total de dívida não incluindo os derivativos da Companhia, de qualquer natureza, somava R\$ 5.244.942, enquanto em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, somavam respectivamente, R\$ 3.651.545 e R\$

4.212.504. A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total em aberto da Companhia nas datas em referência:

Dívidas (R\$ mil)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Curto Prazo	908.522	679.735	1.264.351
Moeda Estrangeira	60.851	192.396	575.219
Moeda Nacional	847.671	487.339	689.132
Longo Prazo	4.336.420	2.971.810	2.948.153
Moeda Estrangeira	473.958	489.270	326.509
Moeda Nacional	3.862.462	2.482.540	2.621.644
Total Geral	<u>5.244.942</u>	<u>3.651.545</u>	<u>4.212.504</u>

A tabela abaixo demonstra os prazos de amortização dos principais empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia de 2020 a 2025 em diante:

Período findo em 31/12/2019 (R\$ mil)							Total
	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	Até dez/23	Até dez/24	dez/24 em diante	
BNDES	257.487	38.116	39.588	19.794	-	-	354.985
EIB	5.529	16.162	10.437	281.365	-	-	313.493
Debêntures	154.249	67.067	-	-	-	-	221.316
4131	491.257	184.628	2.183.839	768.753	463.553	263.118	4.355.148
	908.522	305.973	2.233.864	1.069.912	463.553	263.118	5.244.942
Dívida Total Consolidada	17%	6%	43%	20%	9%	5%	100%

Período findo em 31/12/2018 (R\$ mil)							Total
	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	Até dez/23	dez/23 em diante	
BNDES	295.045	250.499	38.182	38.182	19.091	-	640.999
EIB	181.900	146.527	61.067	-	-	-	389.494
Debêntures	192.294	135.737	343.627	172.516	759.104	725.601	2.328.879
4131	10.496	10.091	9.679	9.443	252.464	-	292.173
	679.735	542.854	452.555	220.141	1.030.659	725.601	3.651.545
Dívida Total Consolidada	19%	15%	12%	6%	28%	20%	100%

Período findo em 31/12/2017 (R\$ mil)							
	Até dez/18	Até dez/19	Até dez/20	Até dez/21	Até dez/22	dez/22 em diante	Total
BNDES	271.270	283.276	241.829	34.596	34.596	28.830	894.397
EIB	159.457	153.195	121.185	52129	-	-	485.966
Debêntures	417.862	177.953	420.461	165.912	163.951	1.070.240	2.416.379
4131	415.762	-	-	-	-	-	415.762
	1.264.351	614.424	783.475	252.637	198.547	1.099.070	4.212.504
Dívida Total Consolidada	30%	15%	19%	6%	5%	26%	100%

Financiamentos Relevantes

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos contratos relevantes celebrados entre a Companhia e seus principais credores para os três últimos exercícios sociais, findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES:

Em 02 de outubro de 2012, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Companhia, valores referentes a esse contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo pendente foi encerrado e não há mais créditos referentes a esta operação.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	de Custo	Data de Vencimento	de Pagamento de Principal	de Pagamento de Juros
Projeto VI – Subcréditos A e B	out/12	TJLP + 2,8%	out/20	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcréditos A1 e B1	out/12	Selic + 1,8%	out/20	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcrédito C	out/12	TJLP	out/20	Mensal	Mensal
Projeto VII – Subcréditos A e B	set/15	TJLP + 2%	jun/23	Mensal ¹	Mensal ²
Projeto VII – Subcrédito C	set/15	Selic + 1,96%	jun/23	Mensal ¹	Mensal ²

¹ Período de carência para pagamento de principal: até junho de 2018

² Pagamento trimestral de juros até junho de 2018; a partir desta data, os pagamentos serão mensais

- BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS (EIB)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, divididos em 4 liberações, cuja estrutura de garantia se dá por fianças bancárias de bancos de primeira linha. Estes contratos têm por objetivo financiar a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

Liberação	Data Lib.	Taxa	Vencimento	de principal	de juros
EIB – 1ª liberação	jun/10	USD + 3,881%	jun/20	Semestral	Semestral
EIB – 2ª liberação	set/10	USD + 2,936%	set/20	Semestral	Semestral
EIB – 3ª liberação	mai/11	USD + Libor 6M + 0,483%	mai/21	Semestral	Semestral
EIB – 4ª liberação	set/11	USD + Libor 6M + 0,549%	set/21	Semestral	Semestral

- DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 1ª série da 3ª emissão, 7ª emissão e 8ª emissão), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os

projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Companhia.

Abaixo resumo das emissões de debêntures da Companhia:

	Data Emissão	de	Quantidade	Custo	Data Vencimento	de	Pagamento de principal	Pagamento de juros
3ª emissão – 1ª série	set/13		128.197	CDI + 0,90%	set/19		3 parcelas	Semestral
3ª emissão – 3ª série	set/13		142.465	IPCA + 5,57%	set/20		2 parcelas	Anual
4ª emissão – 1ª série	dez/15		269.620	IPCA + 7,14%	dez/20		No vencimento	Anual
4ª emissão – 2ª série	dez/15		242.374	IPCA + 7,48%	dez/22		2 parcelas	Anual
4ª emissão – 3ª série	dez/15		79.900	IPCA + 7,36%	dez/25		3 parcelas	Anual
5ª emissão – série única	dez/16		675.000	IPCA + 5,87%	dez/23		No vencimento	Anual
6ª emissão – série única	out/17		400.000	IPCA + 4,33%	out/24		No vencimento	Anual
7ª emissão – série única	mai/18		215.000	IGPM 6,10% +	mai/28		3 Parcelas	Anual
8ª emissão – série única	out/19		2.000.000	CDI + 0,5%	out/23		No vencimento	Anual

- CAPITAL DE GIRO – LEI Nº 4.131

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o banco The Bank of Nova Scotia. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

Liberação	Data Lib.	Taxa	Vencimento	de principal	de juros
4131 – Scotia	mai/18	USD + 3,67%	mai/23	No vencimento	Semestral

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. Contudo, os Diretores esclarecem que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

(iv) Eventuais restrições impostas à companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a companhia vem cumprindo essas restrições

Os Diretores da Companhia informam que seis contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

- A razão entre a Dívida Líquida (incluindo o resultado de derivativos) e o EBITDA dos últimos 12 meses;
- A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (incluindo o resultado de derivativos); conforme descritos abaixo: Os covenants por contrato, bem como os resultados dos últimos três exercícios sociais, estão apresentados na tabela abaixo:

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Dívida		
4131 – Scotia	≤4,00	-
3ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
4ª emissão de debêntures	≤4,00	≤0,60
5ª emissão de debêntures	≤4,00	-
6ª emissão de debêntures	≤4,00	-
7ª emissão de debêntures	≤4,00	-
8ª emissão de debêntures	≤4,00	-
Resultado		
2017	1,00	0,28
2018	0,71	0,17
2019	1,43	0,16

A Companhia está adimplente com todos os covenants financeiros dos últimos três exercícios sociais.

G. LIMITES DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2019, havia um total de R\$ 5.244.942 em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos, enquanto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 havia um total de R\$ 3.651.545 e R\$ 4.212.504, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 havia contratos assinados e celebrados com o BNDES ainda não desembolsados no valor de R\$ 2 bilhões. Em 31 de dezembro de 2018, não havia valores de contratos assinados que ainda não tinha sido desembolsados ou cancelados pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, havia valores de contratos assinados que ainda não tinham sido desembolsados pela Companhia, que era de R\$ 194 milhões, 5% do total das linhas de financiamento contratadas. Nestes volumes não estão incluídos os valores disponíveis em linhas de crédito que a Companhia dispõe junto aos bancos com os quais mantém relacionamento, pois estes dados não são controlados da Companhia.

H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores informam que o resumo das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foi extraído das demonstrações financeiras elaboradas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH %
Receita bruta na venda de gás e serviços	12.007.633	100,00	8.695.208	100,00	38,09
Receita líquida na venda de gás e serviços	9.514.222	100,00	6.840.011	100,00	39,10
Vendas de gás	8.636.221	90,77	6.363.617	100,00	35,71
Receita de construção	813.341	8,55	415.753	6,53	95,63
Outras receitas	64.660	0,68	60.641	0,95	6,63

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(6.402.338)	(67,29)	(4.901.715)	(77,03)	30,61
Custo do gás	(4.885.497)	(51,35)	(3.767.874)	(59,21)	29,66
Custo do transporte e outros	(703.500)	(7,39)	(718.088)	(11,28)	(2,03)
Custo de construção	(813.341)	(8,55)	(415.753)	(6,53)	95,63
Resultado bruto	3.111.884	32,71	1.938.296	30,46	60,55
Despesas operacionais	(937.540)	(9,85)	(95.189)	(1,50)	884,92
Despesas de vendas	(154.908)	(1,63)	(146.400)	(2,30)	5,81
Despesas gerais e administrativas	(742.109)	(7,80)	(712.398)	(11,19)	4,17
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	(40.523)	(0,43)	763.609	12,00	(105,31)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	2.174.344	22,85	1.843.107	28,96	17,97
Resultado financeiro líquido	(180.381)	(1,90)	78.773	1,24	(328,99)
Despesas financeiras	(405.098)	(4,26)	(448.034)	(7,04)	(9,58)
Receitas financeiras	205.637	2,16	482.342	7,58	(57,37)
Variação cambial líquida	(27.518)	(0,29)	(93.810)	(1,47)	(70,67)
Derivativos	46.598	0,49	138.275	2,17	(66,30)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.993.963	20,96	1.921.880	30,20	3,75
Imposto de renda e contribuição social	(626.784)	(6,59)	(582.447)	(9,15)	7,61
Resultado líquido do exercício	1.367.179	14,37	1.339.433	21,05	2,07

Receita líquida na venda de gás e serviços

A Receita líquida na venda de gás e serviços da Companhia passou de R\$ 6.840.011 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 9.514.222 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 39,1%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

Venda de gás

As Vendas de gás passaram de R\$ 6.363.621 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 8.636.220 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 35,7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reflexo do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas.

Receita de construção

A Receita de construção passou de R\$ 415.753, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 813.341 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 95,6% devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados passou de R\$ 4.901.715, no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 6.402.338 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 30,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

Custo do gás / transporte e outros

O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 4.485.962, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 5.588.997 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 24,59%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido ao incremento do custo unitário do gás. O incremento do custo unitário do gás foi devido principalmente à variação do preço do petróleo e do dólar, que são as referências dos contratos de fornecimento de gás.

Custo de construção

O Custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 415.753, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 813.341, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 95,6%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente.

Resultado bruto

O Resultado bruto da Companhia passou de R\$ 1.938.296, no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 3.111.884 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 60,5%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido aos repasses do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas definidas pela agência reguladora.

Despesas operacionais

As Despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 95.189, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 937.540 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representado um acréscimo de 884,9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

Despesas de vendas

As Despesas de vendas passaram de R\$ 146.400, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 154.908 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 5,8%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 712.398, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 742.109 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 4,2%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao exercício anterior.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As Outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 2018 foram positivamente impactadas por efeitos não recorrentes de reconhecimento de créditos tributários e encerramento de disputas judiciais (R\$76 milhões – com efeitos nulo no resultado normalizado e R\$ 726 milhões, respectivamente), o que influencia diretamente a base comparativa do período.

Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

O Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia passou de R\$ 1.843.107, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 2.174.344 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 18% devido aos motivos citados anteriormente.

Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido passou de uma receita de R\$ 78.773, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para uma despesa de R\$ 180.381 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de 329,0%, reflexo do aumento do saldo da dívida líquida da Companhia. Além disso, a base comparativa do período foi impactada pelas reversões monetárias relacionadas ao encerramento de disputas judiciais.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

Receitas financeiras

As Receitas financeiras passaram de R\$ 620.617 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 252.235 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de 57,4%, principalmente pela redução dos indexadores das aplicações financeiras, além disso, a base comparativa do período foi impactada pelas reversões monetárias relacionadas ao encerramento de disputas judiciais. Em 2018 ocorreram o encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo do gás com a Petrobrás, onde registramos a reversão da atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$ 177.423, e reconhecimento da atualização do depósito judicial no montante de R\$ 101.583, além da redução dos indexadores das dívidas.

Despesas financeiras

As Despesas financeiras passaram de R\$ 541.844, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 432.616 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de 20%, tendo como aumento uma maior dívida líquida em 2019, porém sendo compensado pela queda nos índices de atualização.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

O Resultado antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 1.921.880 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.993.963 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 3,75%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 582.447 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 626.784 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 7,61%. Este acréscimo reflete as variações apresentadas anteriormente.

Resultado líquido do exercício

O resultado líquido do exercício obteve um acréscimo de 2,1%, passando de R\$ 1.339.433 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.367.179 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Comparação dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
Receita bruta na venda de gás e serviços	8.695.208	100,00	7.097.156	100,00	22,52
Receita líquida na venda de gás e serviços	6.840.011	100,00	5.537.857	100,00	23,51
Vendas de gás	6.363.617	100,00	5.118.087	92,42	24,34
Receita de construção	415.753	6,53	351.193	6,34	18,38
Outras receitas	60.641	0,95	68.577	1,24	(11,57)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.901.715)	(77,03)	(3.492.375)	(63,06)	40,35
Custo do gás	(3.767.874)	(59,21)	(2.530.808)	(45,70)	48,88
Custo do transporte e outros	(718.088)	(11,28)	(610.374)	(11,02)	17,65
Custo de construção	(415.753)	(6,53)	(351.193)	(6,34)	18,38
Resultado bruto	1.938.296	30,46	2.045.482	36,94	(5,24)
Despesas operacionais	(95.189)	(1,50)	(902.397)	(16,30)	(89,45)
Despesas de vendas	(146.400)	(2,30)	(153.611)	(2,77)	(4,69)
Despesas gerais e administrativas	(712.398)	(11,19)	(722.363)	(13,04)	(1,38)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	763.609	12,00	(26.423)	(0,48)	(2.989,94)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	1.843.107	28,96	1.143.085	20,64	61,24
Resultado financeiro líquido	78.773	1,24	(225.540)	(4,07)	(134,93)
Despesas financeiras	(448.034)	(7,04)	(502.880)	(9,08)	(10,91)
Receitas financeiras	482.342	7,58	285.476	5,15	68,96
Variação cambial líquida	(93.810)	(1,47)	(11.501)	(0,21)	715,67
Derivativos	138.275	2,17	3.365	0,06	4.009,21
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.921.880	30,20	917.545	16,57	109,46
Imposto de renda e contribuição social	(582.447)	(9,15)	(277.424)	(5,01)	109,95

Resultado líquido do exercício	1.339.433	21,05	640.121	11,56	109,25
--------------------------------	-----------	-------	---------	-------	--------

A Receita líquida na venda de gás e serviços da Companhia passou de R\$ 5.537.857 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.840.011 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 23,51%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente devido as seguintes razões:

Venda de gás

As Vendas de gás passaram de R\$ 5.118.087 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 6.363.617 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 24,34%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo reflexo do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, bem como maior volume distribuído no período.

Receita de construção

A Receita de construção passou de R\$ 351.193, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 415.753 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 18,38% devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados passou de R\$ 3.492.375, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4.901.715 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 40,35%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

Custo do gás/transporte e outros

O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 3.141.182, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 4.485.962 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 42,81%. Os Diretores entendem que essas variações ocorreram devido ao incremento

do custo unitário do gás em conjunto com o avanço de volume distribuído. O incremento do custo unitário do gás foi devido principalmente à variação do preço do petróleo e do dólar, que são as referências dos contratos de fornecimento de gás.

Custo de construção

O Custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 351.193, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 415.753 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 18,38%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente.

Resultado bruto

O Resultado bruto da Companhia passou de R\$ 2.045.482, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.938.296 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 5,24%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu devido ao incremento do custo médio unitário do gás, fruto do aumento do preço do petróleo e da variação positiva da taxa do dólar.

Despesas operacionais

As Despesas operacionais da Companhia passaram de R\$ 902.397, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 95.189 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 89,45%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu especialmente pelas seguintes razões:

Despesas de vendas

As Despesas de vendas passaram de R\$ 153.611, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 146.400 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 4,69%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 722.363, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 712.398 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 1,38%, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas foi positivamente impactada por efeitos não recorrentes de reconhecimento de créditos tributários no montante de R\$ 76.452 – com efeito nulo no resultado normalizado e encerramento de disputas judiciais no montante de R\$ 726.000.

Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos

O Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos da Companhia passou de R\$ 1.143.085, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.843.107 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 61,24% devido aos motivos citados anteriormente.

Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro líquido passou de uma despesa de R\$ 225.540, no período encerrado em 31 de dezembro de 2017, para uma receita de R\$ 78.773 no mesmo período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 134,93%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

Receitas financeiras

As Receitas financeiras passaram de R\$ 288.841 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 620.617 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 114,86%, principalmente pelo encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo do gás com a Petrobrás, onde registramos a reversão da atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$ 177.423, e reconhecimento da atualização do depósito judicial no montante de R\$ 101.583, além da redução dos indexadores das dívidas.

Despesas financeiras

As Despesas financeiras passaram de R\$ 514.381, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 541.844 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 5,34%, principalmente pela maior dívida líquida compensado pela queda da taxa de juros.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

O Resultado antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 917.545 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 1.921.880 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 109,46%, que é reflexo das variações apresentadas anteriormente.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 277.424 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 582.447 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 109,95%. Este acréscimo reflete as variações apresentadas anteriormente.

Resultado líquido do exercício

O Resultado líquido do exercício obteve um acréscimo de 109,25%, passando de R\$ 640.121 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.339.433 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Ativo	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH %
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários		1.283.643	15,19	1.727.341	20,66	(25,69)
Contas a receber de clientes		974.296	11,53	674.992	8,07	44,34
Instrumentos financeiros derivativos		128.786	1,52	114.891	1,37	12,09
Estoques		89.586	1,06	65.259	0,78	37,28

Gás pago e não retirado	23.464	0,28	254.651	3,05	(90,79)
Recebíveis de partes relacionadas	1.820	0,02	1.158	0,01	57,17
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	72.143	0,86	(100,00)
Outros tributos a recuperar	249.957	2,96	292.204	3,50	(14,46)
Outros ativos	40.504	0,48	29.876	0,36	35,57
Ativo circulante	2.792.056	33,04	3.232.515	38,66	(13,63)
Contas a receber de clientes	13.101	0,16	20.155	0,24	(35,00)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.459	0,22	-	-	100,00
Outros tributos a recuperar	19.902	0,24	11.076	0,13	79,69
Depósitos judiciais	52.104	0,62	52.885	0,63	(1,48)
Instrumentos financeiros derivativos	245.944	2,91	254.037	3,04	(3,19)
Outros ativos	195	0,00	756	0,01	(74,21)
Direito de uso	10.128	0,12	-	0,01	-
Ativos de contrato	594.602	7,04	217.855	0,01	172,93
Intangível	4.705.231	55,67	4.571.298	57,28	2,93
Ativo não circulante	5.659.666	66,96	5.128.062	61,34	10,37
Total do ativo	8.451.722	100,00	8.360.577	100,00	1,09

Ativo Circulante

O Ativo circulante da Companhia passou de R\$ 3.232.515 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.792.056 em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de 13,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela variação das contas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários, Gás pago e não retirado, bem como pelo Imposto de Renda e Contribuição Social e Outros impostos a recuperar, amenizados pelo crescimento no saldo de Contas a receber de clientes.

Principais variações:

A redução na conta Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está atrelada aos pagamentos de dividendos e juros sob o capital próprio e redução de capital, sendo amenizada por captações realizadas e pela geração de caixa no exercício.

A redução na conta do Gás pago e não retirado refere-se a compensação (pelo consumo) ao longo do período de vigência do contrato desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

A redução na conta de Outros tributos a recuperar decorre da compensação dos créditos tributários pelo provimento do recurso extraordinário interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A redução na conta de Imposto de renda e contribuição social a recuperar decorre das compensações efetuadas ao longo do exercício.

O crescimento nas Contas a receber de clientes é explicado pelos reajustes nas tarifas em maio/19.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.128.062 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.656.666 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 10,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pelos acréscimos nas contas de Direito de uso, Ativos de contrato e Intangível.

Principais variações:

A variação da conta do Direito de uso decorre do reconhecimento inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, referente aos arrendamentos mercantis da Companhia a partir de 01 de janeiro de 2019.

O crescimento das contas de Ativo de contrato e Intangível refletem os investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Ativo	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários		1.727.341	20,66	2.237.065	25,81	(22,79)
Contas a receber de clientes		674.992	8,07	611.976	7,06	10,30
Instrumentos financeiros derivativos		114.891	1,37	211.088	2,44	(45,57)
Estoques		65.259	0,78	76.548	0,88	(14,75)
Gás pago e não retirado		254.651	3,05	-	-	-
Recebíveis de partes relacionadas		1.158	0,01	1.039	0,01	11,45
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		72.143	0,86	61.393	0,71	17,51
Outros tributos a recuperar		292.204	3,50	77.109	0,89	278,95
Outros ativos		29.876	0,36	25.264	0,29	18,26
Ativo circulante		3.232.515	38,66	3.301.482	38,09	(2,09)

Contas a receber de clientes	20.155	0,24	28.706	0,33	(29,79)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	91.152	1,05	-
Outros tributos a recuperar	11.076	0,13	11.098	0,13	(0,20)
Depósitos judiciais	52.885	0,63	53.580	0,62	(1,30)
Instrumentos financeiros derivativos	254.037	3,04	247.388	2,85	2,69
Outros ativos	756	0,01	994	0,01	(23,94)
Direito de uso	-	0,01	994	0,01	(23,94)
Ativos de contrato	217.855	0,01	994	0,01	(23,94)
Intangível	4.571.298	57,28	4.640.875	53,55	3,20
Ativo não circulante	5.128.062	61,34	5.365.083	61,91	(4,42)
Total do ativo	8.360.577	100,00	8.666.565	100,00	(3,53)

Ativo Circulante

O Ativo circulante da Companhia passou de R\$ 3.301.482 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.232.515 em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 2,09%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela variação das contas de Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos, amenizados pelo crescimento no saldo de contas a receber de clientes e impostos a recuperar, transferência do ativo não circulante do Transporte não utilizado para o ativo circulante na linha de Gás pago e não retirado conforme contrato de gás.

Principais variações:

- A redução na conta Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários está atrelada a amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo amenizada pela geração de caixa no ano.
- A redução na conta de Instrumentos financeiros derivativos está atrelada ao menor saldo de dívida registrado na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures.
- O crescimento nas Contas a receber de clientes é explicado pelos reajustes nas tarifas em maio/18.
- Transferência do saldo da conta Transporte não utilizado do ativo não circulante para Gás pago e não retrado no ativo circulante, pela migração do saldo de transporte para molécula devido a expectativa de recuperação de todo o volume no prazo de 365 dias. A variação na conta refere-se ao pagamento anual das diferenças entre o volume de gás comprado e os volumes mínimos obrigatórios contratados, os quais podem ser compensados (por meio de consumo) ao longo do período de vigência do contrato de gás.

- O crescimento na conta de Outros tributos a recuperar é explicado pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu em 2018 os créditos dos períodos posteriores a março de 2017 decorrentes das contribuições do PIS e da COFINS com base na decisão do STF no montante de R\$ 188.216 nas deduções de receitas e outras receitas.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.365.083 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5.128.062 no mesmo período em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 4,42%. Os Diretores da Companhia entendem que essas variações ocorreram, principalmente, pela transferência do saldo da conta Transporte não utilizado para o ativo circulante e o decréscimo no saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos, amenizados pelos saldos apresentados nas contas de Instrumentos financeiros derivativos e Intangível.

Principais variações:

- Transferência do saldo da conta Transporte não utilizado para Gás pago e não retrado do ativo não circulante para o ativo circulante, por conta da expectativa de realização.
- Decréscimo em Imposto de renda e contribuição social diferidos é explicado pelo encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo de gás com a Petrobras e consequente liquidação dos valores provisionados resultando na realização do ativo fiscal diferido.
- Variação em Intangível é o líquido entre as adições e amortizações ocorridas durante o ano de 2018.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2019	AV %	31/12/2018	AV %	AH %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	908.522	10,75	679.735	8,13	33,66
Fornecedores	1.154.206	13,66	1.012.895	12,12	13,95
Ordenados e salários a pagar	59.928	0,71	63.520	0,76	(5,65)
Imposto de renda e contribuição social correntes	395.730	4,68	0	-	100,00
Outros tributos a pagar	177.463	2,10	70.768	0,85	150,77
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.450	0,02	11.551	0,14	(87,45)
Pagáveis à partes relacionadas	6.515	0,08	14.994	0,18	(56,55)
Outros passivos financeiros	92.111	1,09	52.868	0,63	74,23

Arrendamentos	1.680	0,02	0	0,63	100,00
Outras contas a pagar	10.288	0,12	8.879	0,11	15,87
Passivo circulante	2.807.893	33,22	1.915.210	22,91	46,61
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.336.420	51,31	2.971.810	35,55	45,92
Provisão para demandas judiciais	128.735	1,52	120.972	1,45	6,42
Obrigações de benefício pós-emprego	630.549	7,46	504.320	6,03	25,03
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-	102.426	1,23	(100,00)
Outros tributos a pagar	6.142	0,07	6.464	0,08	(4,98)
Arrendamentos	9.163	0,11	0	-	100,00
Outras contas a pagar	13.312	0,16	18.051	0,22	(26,25)
Passivo não circulante	5.124.321	60,63	3.724.043	44,54	37,60
Total do passivo	7.932.214	93,85	5.639.253	67,45	40,66
Capital social	536.315	6,35	1.650.032	19,74	(67,50)
Reserva de capital	6.175	0,07	60.032	0,72	(89,71)
Reserva de reavaliação	5.761	0,07	5.761	0,07	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-233.009	(2,76)	-161.597	(1,93)	44,19
Reserva de lucros	204.266	2,42	1.167.096	13,96	(82,50)
Patrimônio líquido	519.508	6,15	2.721.324	32,55	(80,91)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.451.722	100,00	8.360.577	100,00	1,09

Passivo Circulante

O Passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.915.210 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.807.903 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 46,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo acréscimo nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Imposto de renda e contribuição social correntes, Outros tributos a pagar e Outros passivos financeiros.

Principais variações:

- O acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se a captações de principal ocorrida durante o ano.
- O acréscimo na conta de Fornecedores ocorreu principalmente pela variação cambial do dólar e pelos reajustes de preços ocorridos nos contratos de gás.
- A variação na conta de Imposto de renda e contribuição social correntes reflete o resultado apurado no exercício.

- O acréscimo na conta de Outros tributos a pagar decorre do reflexo do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas no período.
- O acréscimo na conta de Outros passivos financeiros refere-se ao maior volume de notas antecipadas junto aos nossos fornecedores no período.

Passivo Não Circulante

O Passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.724.043 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.124.321 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um acréscimo de 37,6%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Provisão para demandas judiciais e Obrigações de benefício pós-emprego, amenizados pelas contas Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Principais variações:

- O acréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se a captações de principal ocorrida durante o ano.
- O acréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais refere-se as provisões no exercício de processos cíveis, ambientais, regulatórios e trabalhistas.
- O acréscimo na conta de Obrigações de benefício pós-emprego decorrem principalmente das mudanças nas premissas financeiras do plano.
- O decréscimo na conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem principalmente da revisão de vida útil de imobilizado e intangível e resultado não realizado com derivativos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.721.324 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 519.508 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de 80,9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela utilização da reserva de lucro para pagamento de dividendos ocorridos no decorrer do exercício e redução de capital que passou de R\$ 1.650.032 em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 536.315 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um decréscimo de 67,5%, esta variação deve-se à redução do capital social integralizado no montante de R\$ 1.500.000, aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de junho de 2019.

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2018	AV %	31/12/2017	AV %	AH %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	679.735	8,13	1.264.352	14,59	(46,24)	
Fornecedores	1.012.895	12,12	1.444.835	16,67	(29,90)	
Ordenados e salários a pagar	63.520	0,76	59.059	0,68	7,55	
Outros tributos a pagar	70.768	0,85	146.169	1,69	(51,58)	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11.551	0,14	147.235	1,70	(92,15)	
Pagáveis à partes relacionadas	14.994	0,18	8.370	0,10	79,14	
Outros passivos financeiros	52.868	0,63	51.403	0,59	2,85	
Outras contas a pagar	8.879	0,11	5.252	0,06	69,06	
Passivo circulante	1.915.210	22,91	3.126.675	36,08	(38,75)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.971.810	35,55	2.948.152	34,02	0,80	
Provisão para demandas judiciais	120.972	1,45	107.637	1,24	12,39	
Obrigações de benefício pós-emprego	504.320	6,03	440.827	5,09	14,40	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.426	1,23	-	-	-	
Outros tributos a pagar	6.464	0,08	7.294	0,08	(11,38)	
Outras contas a pagar	18.051	0,22	18.897	0,22	(4,48)	
Passivo não circulante	3.724.043	44,54	3.522.807	40,65	5,71	
Total do passivo	5.639.253	67,45	6.649.482	76,73	(15,19)	
Capital social	1.650.032	19,74	1.481.204	17,09	11,40	
Reserva de capital	60.032	0,72	227.161	2,62	(73,57)	
Reserva de reavaliação	5.761	0,07	5.838	0,07	(1,32)	
Ajuste de avaliação patrimonial	(161.597)	(1,93)	(129.297)	(1,49)	24,98	
Reserva de lucros	1.167.096	13,96	432.177	4,99	170,05	
Patrimônio líquido	2.721.324	32,55	2.017.083	23,27	34,91	
Total do passivo e patrimônio líquido	8.360.577	100,00	8.666.565	100,00	(3,53)	

Passivo Circulante

O Passivo circulante da Companhia passou de R\$ 3.126.675 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.915.210 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de 38,75%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo decréscimo nas contas de Empréstimos, financiamentos e debêntures, Fornecedores, Outros tributos a pagar e Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, amenizados pelas variações das contas de Ordenados e salários a pagar, Pagáveis à partes relacionadas, Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar.

Principais variações:

- Decréscimo na conta de Empréstimos, financiamentos e debêntures refere-se a amortização de principal ocorrida durante o ano.
- Decréscimo na conta de Fornecedores ocorreu principalmente pela reversão das provisões relacionadas ao custo do gás com a Petrobras pelo encerramento das disputas judiciais.

- Decréscimo na conta de Outros tributos a pagar ocorreu pelo provimento do Recurso Extraordinário 574.706 interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nas deduções de receitas e outras receitas.
- O decréscimo na conta de Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, refere-se a deliberação ocorrida em 20 de dezembro de 2017 de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2017 no montante de R\$ 146.344 líquido de imposto de renda, onde o pagamento ocorreu em 05 de janeiro de 2018.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.522.807 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3.724.043 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 5,71%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente pelo acréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais, Obrigações de benefício pós-emprego e o reconhecimento em 2018 de Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, amenizados pelas contas Outros tributos a pagar e Outras contas a pagar.

Principais variações:

- O acréscimo na conta de Provisão para demandas judiciais refere-se as provisões no exercício de processos cíveis, ambientais, regulatórios e trabalhistas.
- O acréscimo na conta de Obrigações de benefício pós-emprego reflete as obrigações relacionadas ao plano de benefícios pós-emprego de acordo com a deliberação CVM 695, avaliados pela administração em conjunto com os especialistas atuariais.
- O reconhecimento na conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos reflete a opção da Companhia pelo regime de tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2018, sendo que os impostos diferidos representam o resultado não realizado com derivativos, que continuaram a ser tributados pelo regime de caixa. Anteriormente, eram compensados com as perdas da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

Patrimônio líquido

O Patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 2.017.083 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.721.324 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um acréscimo de 34,91%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 456.632 em novembro de 2018, deliberações de juros sobre capital próprio nos montantes de R\$ 131.079 e R\$ 10.520 em novembro e dezembro de 2018 referente ao exercício de 2018 respectivamente e, pelo resultado do exercício do ano de R\$ 1.339.433.

O Capital social passou de R\$ 1.481.204 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.650.032 no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 11,40%. Os Diretores entendem que esta variação se deve ao aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828, mediante a capitalização da reserva especial de ágio, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2018.

10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA, EM ESPECIAL:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional líquida da Companhia é composta, principalmente, pelas Vendas de gás, Vendas de serviços, e Receita de construção (-) impostos e deduções sobre vendas.

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 9.514.222, representando um acréscimo de 39,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 6.840.011.

A receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 6.840.011, representando um acréscimo de 23,51% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 R\$ 5.537.857.

As operações da Companhia se baseiam na premissa de garantia da entrega do gás com segurança, qualidade e confiabilidade, com investimentos contínuos na expansão e modernização. Essa política

se traduz no número recorde de clientes na base que, em 2019, chegou a 2.009.271, sendo 104 mil novos consumidores no ano, com investimentos de R\$ 899 milhões no exercício.

Em 2018, a Companhia chegou a 1.905.455 de clientes na base, sendo que 114 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 530 milhões no período.

Em 2017, a Companhia chegou a 1.791.226 de clientes na base, sendo que 106 mil novos consumidores foram conectados durante o ano, com investimentos de R\$ 460 milhões no período.

O número total de clientes supera o de medidores, pois um único medidor pode atender a um conjunto de apartamentos (UDAs – Unidade Domiciliar Autônoma). Abaixo número de clientes em cada mercado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019 x 2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018 x 2017</u>
Residencial	1.300.329	1.236.883	5,13%	1.174.865	5,28%
Número de UDA's	1.989.004	1.886.220	5,45%	1.772.990	6,39%
*					
Comercial	18.652	17.672	5,55%	16.734	5,61%
Industrial	1.358	1.290	5,27%	1.215	6,17%
Termogeração	2	2	0,00%	2	0,00%
Cogeração	33	30	10,00%	29	3,45%
Automotivo	222	241	-7,88%	256	-5,86%
Total Medidores	1.320.596	1.256.118	5,13%	1.193.101	5,28%
Total UDA's	2.009.271	1.905.455	5,45%	1.791.226	6,38%
(*) UDA's (Unidade Domiciliar Autônoma)					

O volume total de gás distribuído sem termoeletricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, obteve decréscimo de 0,68% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passando de 4.543.298m³ para 4.512.371m³. Os Diretores da Companhia entendem que o decréscimo se deveu principalmente por alterações de demandas no segmento industrial e maior base comparativa associada aos efeitos de greve dos caminhoneiros no segmento automotivo, amenizados pelo crescimento nos demais segmentos. O segmento residencial com acréscimo de 1,19%, com adição de 102 mil novos clientes nos últimos 12 meses, o segmento comercial apresentou acréscimo de 2,63% em comparação ao ano anterior, impulsionado pela adição de novos clientes e melhora da atividade econômica.

O volume total de gás distribuído sem termoelétricas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, obteve acréscimo de 5,87% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de 4.291.341m³ para 4.543.298m³. Se considerarmos as termoelétricas, o volume de gás distribuído obteve um acréscimo de 5,83% quando comparado ao mesmo exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, passando de 4.292.873m³ para 4.543.298m³. Os Diretores da Companhia entendem que o acréscimo se deveu principalmente por negociações comerciais, pela recuperação ainda que moderada da produção e pela expansão em todos os segmentos de atuação. O segmento residencial com acréscimo de 6,79%, com adição de 113 mil novos clientes nos últimos 12 meses, o segmento comercial apresentou acréscimo de 8,65% em comparação ao ano anterior, impulsionado pela adição de novos clientes e melhora da atividade econômica.

<u>Volume (mil m³)</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019 x 2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018 x 2017</u>
Residencial	279.450	276.153	1,19%	258.604	6,79%
Comercial	160.573	156.464	2,63%	144.007	8,65%
Industrial	3.516.469	3.557.349	-1,15%	3.391.307	4,90%
Cogeração	333.800	327.399	1,96%	296.623	10,38%
<u>Automotivo</u>	<u>222.079</u>	<u>225.933</u>	-1,71%	<u>200.800</u>	12,52%
Volume ex-termo	4.512.371	4.543.298	-0,68%	4.291.341	5,87%
<u>Termogeração</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	0,00%	<u>1.532</u>	-100,00%
Volume	4.512.371	4.543.298	-0,68%	4.292.873	5,83%
mm³/dia	12,4	12,4	0,00%	11,76	5,83%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em maio de 2013, pela Deliberação ARSESP nº 421, a agência reguladora autorizou um reajuste dos valores das margens de distribuição, do custo médio ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações dos preços do gás e do transporte fixados nas tarifas. Além disto, também houve um reajuste das tabelas tarifárias a serem aplicadas pela Companhia.

O reajuste variou de 6,28% a 6,77% para clientes residenciais; de 6,01% a 6,24% para o segmento industrial; de 6,22% a 6,66% para clientes comerciais; e de 8,86% a 9,05% para os postos de GNV. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 7,2980% no

período e um fator X de 0,82%, resultando em um ajuste líquido para as margens da Companhia, de 6,4780%.

Um reajuste extraordinário foi autorizado no início de dezembro de 2013, levando em consideração a atualização do custo do gás natural importado. Também influenciou no reajuste o incremento dos preços médios do gás adquirido nos leilões de gás da Petrobrás. Os reajustes impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2013.

Em maio de 2014, a ARSESP, pela Deliberação nº 494, decidiu adiar o processo de revisão tarifária da Companhia, previsto para ocorrer até maio de 2014, para 30 de janeiro de 2015.

Segundo a Deliberação, somente em fevereiro de 2014, em razão de dificuldades encontradas pela ARSESP, foi possível concluir o processo de contratação de consultoria especializada para assessorar a ARSESP no referido processo de revisão tarifária e iniciar em março de 2014 os seus trabalhos. Em consequência, até a data prevista para conclusão do processo de revisão tarifária não houve tempo hábil para as definições metodológicas, análise de dados da Companhia e a proposição das margens máximas de comercialização para o novo ciclo tarifário 2014-2019, inclusive a realização das consultas e audiências públicas, de modo a permitir a necessária transparência e publicidade do processo.

No mesmo dia do anúncio do adiamento da revisão tarifária, a ARSESP publicou a Deliberação nº 496, que dispõe sobre o ajuste provisório das margens de distribuição da Companhia e vigorará entre maio de 2014 e o final do processo da revisão tarifária, o qual era previsto para janeiro de 2015. Esse reajuste considerou uma inflação (IGPM – Índice Geral de Preços ao Mercado) de 5,27% no período e um fator X de 0,55%, ambos proporcionais a 8/12 avos dos índices dos últimos 12 (doze) meses, uma vez que a revisão tarifária foi postergada por oito meses, resultando em um ajuste líquido de 4,72%. Considerando o ajuste das margens pela inflação menos o fator X, a atualização do custo do gás e o repasse da conta corrente, a média do reajuste nas tarifas ocorrido em maio de 2014 foi de 2,6% no segmento residencial, 1,2% no segmento comercial, - 0,6% na indústria e 4,3% nos postos de GNV.

Nova Deliberação, de nº 533, foi publicada pela ARSESP em 10 de dezembro de 2014, prorrogando o prazo da revisão tarifária para 31 de maio de 2015. Por conta do novo prazo, a agência decidiu complementar o reajuste inflacionário com os 4/12 que não foram considerados no reajuste autorizado na Deliberação nº 496, e, portanto, as margens da Companhia tiveram um reajuste líquido de 2,33%. Na mesma data, a ARSESP publicou a Deliberação nº 534 atualizando o custo do gás e o repasse da

conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da margem pela inflação descrito acima, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 2,2% nos segmentos residencial e comercial, 2,0% no segmento industrial e 3,8% para os postos de GNV.

Os reajustes das margens pela inflação impactaram positivamente o resultado operacional da Companhia no ano de 2014. Vale lembrar que em maio de 2014, conforme explicado acima, a ARSESP aprovou um repasse parcial do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, fazendo o repasse integral apenas em dezembro, e essa defasagem de inflação entre maio e dezembro de 2014 causou um impacto negativo no resultado da Companhia. Em 9 de maio de 2015, a ARSESP publicou a Deliberação nº 575, atualizando o custo do gás e o repasse da conta corrente. Esses dois impactos, em conjunto com o ajuste da nossa margem de distribuição pela inflação de 4,16%, resultaram nos seguintes ajustes nas tarifas de venda de gás: aumento médio de 6,25% no segmento residencial, 7,7% no segmento comercial, 9,6% no segmento industrial e 9,2% para os postos de GNV.

Em 23 de maio de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 648, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 19,2% para o segmento industrial, 2,7% no segmento residencial, 5,6% no segmento comercial e 1,88% para o segmento GNV.

Em 29 de setembro de 2016, a ARSESP publicou Deliberação nº 670, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 03 de outubro de 2016. Esta Deliberação resultou em redução nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 9,8% para o segmento industrial, 3,2% no segmento residencial, 5,7% no segmento comercial e 0,1% para o segmento GNV.

Em 30 de março de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 716, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 01 de abril de 2017. Esta Deliberação resultou em aplicação de nova alíquota do ICMS no cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Em 29 de maio de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 726, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2017. Esta Deliberação resultou em aumento nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 18,5% para o segmento industrial, 7,3% no segmento residencial, 11,5% no segmento comercial.

Em 05 de dezembro de 2018, a ARSESP publicou a Deliberação nº 840, que consubstanciou as Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, referente a taxa WACC, Metodologia Aplicável e Alteração dos ciclos tarifários, respectivamente.

Em 06 de fevereiro de 2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, através da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019 que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A ARSESP anunciou no final do exercício de 2018 o início da revisão tarifária da Companhia que se encerrou em 23 de maio de 2019, conforme divulgado através de Fato Relevante pela Companhia. A ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTF-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 a 30 de maio de 2024, onde determinou atualizações para para a Margem Máxima (P0), que teve seu valor atualizado para R\$ 0,5182 por metro cúbico, e para o Fator X, que teve o percentual estabelecido de 0,52% ao ano. As tabelas tarifárias atualizadas passam a vigorar a partir de 31 de maio de 2019, após publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Em 01 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 849, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte contido nas tarifas, que varia de acordo com o preço internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Além disso, realizou o repasse do conta corrente regulatório, acumulado dos últimos 12 meses. Houve um aumento médio de 11% para o segmento residencial, 14% para o segmento comercial, 32% para o segmento industrial e 40% para o segmento automotivo (gás natural veicular - GNV).

Em 26 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 852 que reduziu o percentual de variação das tarifas da Companhia, por meio do diferimento no tempo. As reduções foram aplicadas a todos os segmentos de forma distinta, sendo elas: (3%) no segmento residencial; (4%) para o segmento comercial; (7%) para o segmento industrial; e (8%) para o segmento automotivo, considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis. O reajuste entrou em vigor em 01 de março de 2019 e foi mantido até a data base de atualização das tarifas da Companhia em 31 de maio de 2019.

Em 23 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTN-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia, compreendida no período de 31 de maio de 2018 a 30 de maio de 2024. A Nota Técnica Final NTF-0030-2019 determinou, em relação à Margem Máxima (P0), o valor de R\$ 0,5182 por metro cúbico, em moeda de abril de 2018, tendo seu valor reajustado pela variação do IGP-M no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019 e descontados do Fator X. Para o Fator X, o percentual estabelecido foi de 0,52% ao ano.

Em 31 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 875, com efeitos prospectivos a partir de 01 de junho de 2019, denominada revisão tarifária quinquenal, com alterações nas tarifas da Companhia para todos os segmentos de consumo. Estas alterações são resultado da readequação das margens de distribuição da Companhia, de acordo com processo de Revisão Tarifária e também do repasse dos custos de gás comprados de seu fornecedor.

Em 06 de dezembro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 933, para fins de compensação não tarifária à Concessionária, o valor de R\$ 697.233 em moeda de abril de 2018, antes de atualizações monetárias, resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicado na forma que vier a ser definida pelo Poder Concedente até 31 de maio de 2020. Com a publicação da referida Deliberação, não há mais discussões de natureza tarifária relativas a períodos anteriores com a Agência Reguladora. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

B. VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CÂMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A receita bruta na venda de gás e serviços da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de R\$ 12.007.663 e R\$ 8.695.208, respectivamente, apresentando acréscimo de 38,1% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas.

A receita bruta na venda de gás e serviços da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de R\$ 8.695.208 e R\$ 7.097.156, respectivamente, apresentando acréscimo de 22,52% entre os exercícios. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é explicada

principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, bem como maior volume distribuído no período.

C. IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO DA COMPANHIA, QUANDO RELEVANTE

Os Diretores da Companhia informam que as principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais são o IGP-M, CDI e TJLP:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.

CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.

TJLP: Como a expansão da Companhia é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Companhia.

Taxas de câmbio: A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com sua política de tesouraria, devidamente protegidas (“*swapadas*”) para Reais indexados à CDI.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia, aumentando suas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o negócio da Companhia para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Companhia pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo da Companhia, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente na margem bruta da Companhia. Essas variações são capturadas pela

conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro da Companhia. Esse mecanismo confere à Companhia uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10.3 - EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos nossos Diretores.

A. INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL

Os Diretores informam que a Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

B. CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2019 que tenha causado efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

C. EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS

Os Diretores confirmam que não houve evento ou operação não usual nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

10.4. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

A. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os Diretores da Companhia informam que os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para a Companhia: OCPC 07 – “Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros”.

B. EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os Diretores da Companhia descrevem a seguir as principais mudanças e justificativas trazidas pela alteração indicada acima.

A Companhia adotou, inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados à data de adoção, e, portanto, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser reportada de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4.

A Companhia arrenda edificações e equipamentos. Os contratos de arrendamento são normalmente celebrados por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

C. RESSALVAS E ÊNFASES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR

Os Diretores informam que os pareceres dos Auditores Independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram emitidos sem ressalvas.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas

Nota 9 - Ativos Intangíveis

Nota 11 - Compromissos

Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social

Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

Nota 21 - Benefícios pós-emprego

Nota 22 - Pagamento com base em ações

Nota 6.8 – Mensurações de valor justo reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de revendedores para instrumentos similares;
- Para swaps de taxa de juros - o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis;
- Para swaps de moeda estrangeira - valor presente dos fluxos de caixa futuros com base nas taxas de câmbio a termo na data do balanço;
- Para opções em moeda estrangeira - modelos de precificação de opções; e
- Para outros instrumentos financeiros - análise do fluxo de caixa descontado.

Nota 9 – Intangíveis

Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão.

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação

significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Nota 11 – Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e avaliou os termos e condições dos contratos, os riscos e benefícios assumidos, e desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

Nota 12 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota 21 - Benefícios pós-emprego

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Nota 22 - Pagamento com base em ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que esta possui contratos de aluguel, conforme explicitado na Nota Explicativa nº 11 – Compromissos nas Demonstrações Financeiras.

Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que a Companhia possui linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, (g) supra.

Outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis impactam o resultado operacional, sendo registradas na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” na Demonstração de Resultado.

Natureza e o propósito da operação

Os Diretores informam que os alugueis de imóveis tem como propósito de comportar uma parcela das bases operacionais e administrativas da Companhia.

Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de aluguéis de imóveis foram reconhecidas durante o exercício de 2019 no montante de R\$ 4.181 e que possui 9 (nove) contratos de aluguéis de imóveis.

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

				31/12/2019	31/12/2018
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Total
Arrendamentos operacionais	3.482	10.646	2.738	16.866	14.377
	3.482	10.646	2.738	16.866	14.377

As informações a seguir apresentadas ~~expressam as opiniões~~ dos Diretores da Companhia.

Investimentos, incluindo:

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia investiu o montante de R\$ 899 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás, em linha com o Guidance esperado para o ano. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos foram de R\$ 530 milhões e R\$ 460 milhões, respectivamente.

Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2016 à 2019, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo,

debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

Os Diretores da Companhia afirmam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram adicionados 1.130 quilômetros de rede. No mesmo período referente ao ano de 2018 e 2017, foram adicionados 835 e 605 quilômetros de rede, respectivamente, para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2019, aproximadamente 60% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás.

Novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6.3 - Contas a receber de clientes

Nota 6.8 - Mensurações de valor justo reconhecidas

Nota 9 - Ativos Intangíveis

Nota 11 - Compromissos

Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social

Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

Nota 21 - Benefícios pós-emprego

Nota 22 - Pagamento com base em ações

Nota 6.3 – Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos

Para medir as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, consequentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

Nota 6.8 – Mensurações de valor justo reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e

volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados.
- Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de observáveis no mercado;
- Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Nota 9 – Intangíveis

Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, é depreciado pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Nota 11 – Compromissos

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Comgás possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 18.736.022 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte.

Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota 21 - Benefícios pós-emprego

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos

de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Nota 22 - Pagamento com base em ações - Transações liquidadas com ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

10.6. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados nas demonstrações financeiras e nas respectivas notas explicativas.

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que esta possui 09 (nove) contratos de aluguel.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam registrados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(iv) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que este item é aplicável, uma vez que a Companhia possui linhas de financiamentos contratadas tanto no curto quanto no longo prazo, informados no item 10.1, (g) supra.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia informam que este item não é aplicável, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estão registrados e divulgados em suas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

10.7. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis impactam o resultado operacional, sendo registradas na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” na Demonstração de Resultado.

B. NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO

Os Diretores informam que os alugueis de imóveis tem como propósito de comportar uma parcela das bases operacionais e administrativas da Companhia.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DA COMPANHIA EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO

Os Diretores da Companhia informam que as despesas de alugueis de imóveis foram reconhecidas durante o exercício de 2019 no montante de R\$ 4.181 e que possui 09 (nove) contratos de alugueis de imóveis.

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável ao término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

				31/12/2019	31/12/2018
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total	Total
Arrendamentos operacionais	3.482	10.646	2.738	16.866	14.377
	3.482	10.646	2.738	16.866	14.377

Plano de Negócios

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia.

A. INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia investiu o montante de R\$ 899 milhões para a ampliação e modernização da rede de abastecimento, sendo o maior volume destinado à expansão da rede de distribuição de gás, em linha com o *Guidance* esperado para o ano. Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos foram de R\$ 530 e 460 milhões, respectivamente,

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que, para assegurar as condições financeiras necessárias à continuidade do ritmo de crescimento de suas operações nos próximos períodos, adicionalmente à sua geração própria de caixa, a Companhia também buscou, entre os anos de 2016 à 2019, instrumentos de captação no mercado de capitais e bancário (emissão de valores mobiliários, como, por exemplo, debêntures), além de novas linhas de financiamento por meio de empréstimos bilaterais firmados com bancos de fomento e bancos comerciais, nacionais e internacionais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores da Companhia informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou desinvestimentos previstos.

B. DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE NOSSA CAPACIDADE PRODUTIVA.

Os Diretores da Companhia afirmam que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram adicionados 1.130 quilômetros de rede. No mesmo período referente ao ano de 2018 e 2017, foram adicionados 835 e 605 quilômetros de rede, respectivamente, para levar gás a novos consumidores.

Do total dos investimentos realizados durante o ano de 2019, aproximadamente 60% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás.

C. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Os Diretores da Companhia informam que não há novos produtos e serviços relevantes.

10.9. OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Os Diretores da Companhia entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais subitens.

ANEXO II – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DA COMPANHIA
(ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

Todos os valores a seguir estão expressos em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2019 foi de R\$ 1.367.179.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

(a)

**Juros sobre capital próprio declarados
em 2019**

Tipo de ação	Total (R\$/mil)	Unitário
Ordinária	126.547	1,2183970
Preferencial	38.408	1,3402367
	164.955	

(b)

Dividendos declarados em 2019

Tipo de ação	Total (R\$/mil)	Unitário
Ordinária	765.592	7,3711881
Preferencial	232.366	8,1082932
	997.958	

(c)

Dividendos de exercícios anteriores

Tipo de ação	Total (R\$/mil)	Unitário
Ordinária	642.180	6,1829664
Preferencial	194.909	6,8012503
	837.088	

(d)

Dividendos declarados em 2019

Tipo de ação	Total (R\$/mil)	Unitário
Ordinária	104.262	1,0038464
Preferencial	31.645	1,1042310
	135.907	

- (a) Em 04 de dezembro de 2019, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2019 e calculados até 30 de novembro de 2019, no valor de R\$ 164.955.
- (b) Em 04 de dezembro de 2019, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 997.958 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de novembro de 2019.
- (c) Em 04 de dezembro de 2019, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 837.088.
- (d) Em 28 de janeiro de 2020, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 135.907 com base nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em 1º de janeiro de 2019

Resultado líquido do exercício	1.367.179
Juros sobre capital próprio 2019, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(164.955)
Constituição da reserva legal	(68.359)
Transferência para retenção de lucro	(135.907)
Dividendos	(997.958)

Em 31 de dezembro de 2019

-

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 40), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Companhia também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Dividendos de exercícios anteriores		
Tipo de ação	Total (R\$/mil)	Unitário
Ordinária	642.180	6,1829664
Preferencial	194.909	6,8012503
	837.088	

Em 04 de dezembro de 2019, foi deliberado e aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos intermediários, distribuídos com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior, no valor de R\$ 837.088.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

A Companhia realizou o pagamento aos acionistas de dividendos intercalares nos valores totais de R\$ 997.958 e R\$ 135.907, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de novembro de 2019 e nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2019, respectivamente. A Companhia realizou, ainda, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 164.954 relativos ao exercício de 2019 e calculados até 30 de novembro de 2019 e de dividendos intermediários no montante de R\$ 837.088.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos intercalares no montante de R\$ 997.958 e os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 164.954 referidos no item 6(a) foram pagos em 26.12.2019. Já os dividendos intercalares no montante de R\$ 135.907 referido no item 6(a) foram pagos em 10.02.2020.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro básico por ação	2019	2018	2017	2016
Ação ordinária	10,0983	9,9307	4,7500	6,7828
Ação preferencial	11,1082	10,9237	5,2200	7,4611

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos e JCP distribuídos	2018	2017	2016
Ação ordinária	4,4353	8,3444	10,7451
Ação preferencial	4,8789	9,1789	11,8196

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A reserva legal constituída no exercício foi de R\$ 68.359.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do caput do artigo 193 da Lei das Sociedade por Ações, a reserva legal é calculada aplicando-se 5% ao lucro ajustado do período, que não excederá 20% do capital social.

O montante destinado à reserva legal em 2019 equivale à 5% do lucro líquido da Companhia no respectivo exercício.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 40), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária. Além disso, há previsão no Estatuto Social dispondo que as ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias

O Estatuto Social da Companhia também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Considerando que os dividendos intercalares e intermediários pagos aos acionistas e o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas superam o valor de dividendos obrigatórios para o exercício social encerrado em 31.12.2019, não haverá saldo de dividendos obrigatórios a ser pago aos acionistas.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Foi aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2020, a proposta de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019, constituído pelo lucro líquido do exercício de R\$ 1.367.178.790,14 (um bilhão, trezentos e sessenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e noventa reais e catorze

centavos) acrescido da realização da reserva de reavaliação no exercício de 2019 no valor de R\$ 410,38 (quatrocentos e dez reais e trinta e oito centavos), resultando no montante de R\$1.367.178.379,76 (um bilhão, trezentos e sessenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), da seguinte forma: (a) R\$ 68.358.918,99 (sessenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezoito reais e noventa e nove centavos) para constituição de reserva legal; (b) R\$ 324.704.865,19 (trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos) correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório, ao qual serão imputados: (b.1) R\$ 164.954.350,97 (cento e sessenta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), a título de juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2019 e calculados até 30 de novembro de 2019, dos quais a parcela de R\$ 24.736.138,94 (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos) corresponde ao valor do imposto de renda retido da fonte (IRRF), resultando no montante líquido creditado aos acionistas de R\$ 140.218.212,03 (cento e quarenta milhões, duzentos e dezoito mil, duzentos e doze reais e três centavos), pagos em 26.12.2019, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019; (b.2) R\$ 997.957.992,16 (novecentos e noventa e sete milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) correspondentes ao montante de dividendos intercalares, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pagos aos acionistas em 26.12.2019, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019; (b.3) R\$ 837.087.656,87 (oitocentos e trinta e sete milhões oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e sete centavos) correspondentes ao montante de dividendos intermediários, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pagos aos acionistas em 26.12.2019, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019; e (b.4) R\$ 135.907.117,64 (cento e trinta e cinco milhões, novecentos e sete mil, cento e dezessete reais e sessenta e quatro centavos) correspondentes ao montante de dividendos intercalares, sem retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), pagos em 10.02.2020, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2019. Considerando que o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas conforme item (b.1) acima e os montantes de dividendos intercalares pagos aos acionistas conforme itens (b.2) e (b.4) acima e de dividendos intermediários pagos aos acionistas conforme item (b.3) acima superam o valor do dividendo obrigatório para o exercício social encerrado em 31.12.2019, não haverá saldo de dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

Tendo em vista que o montante bruto de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas conforme item (b.1) acima e os montantes de dividendos intercalares pagos aos acionistas conforme itens (b.2) e (b.4) acima totalizam o lucro líquido ajustado da Companhia, não há saldo a ser retido pela Companhia.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Considerando que os dividendos intercalares e intermediários pagos aos acionistas e o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas superam o valor de dividendos obrigatórios para o exercício social encerrado em 31.12.2019, não haverá saldo de dividendos obrigatórios a ser pago aos acionistas.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Considerando que os dividendos intercalares e intermediários pagos aos acionistas e o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas superam o valor de dividendos obrigatórios para o exercício social encerrado em 31.12.2019, não haverá saldo de dividendos obrigatórios a ser pago aos acionistas.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 40), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária. Além disso, há previsão no Estatuto Social dispondo que as ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias

O Estatuto Social da Companhia também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Considerando que os dividendos intercalares e intermediários pagos aos acionistas e o montante líquido de juros sobre capital próprio creditados aos acionistas superam o valor de dividendos obrigatórios para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não haverá saldo de dividendos obrigatórios a ser pago aos acionistas.

c. Informar o montante eventualmente retido

Todos os dividendos foram pagos integralmente, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia

a. Informar o montante da retenção

Não houve retenção de dividendo obrigatório no período.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências no período.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não houve montante destinado à reserva de lucros.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não haverá saldo de dividendo a ser retido pela Companhia.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

FONTES	Em R\$ MM
Recursos próprios/terceiros	1.000
Aplicações	
Negócio (expansão)	644
Suporte (Operações)	304
Outros	52
Total das aplicações	1.000

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**ANEXO III – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA INDICADOS PELA ACIONISTA
CONTROLADORA (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

A Administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração da Companhia seja composto por 07 (sete) membros. O número de Conselheiros proposto assume a eleição de 06 (seis) membros do Conselho de Administração indicados pela Acionista Controladora, mais 01 (um) membro representante dos empregados eleito pelos empregados da Companhia em votação realizada em 30 de março de 2020.

Considerando que a Acionista Controladora detém aproximadamente (i) 99,84% das ações ordinárias da Companhia e (ii) 99,14% do capital social da Companhia, nos termos da Lei das S.A., os acionistas minoritários não têm como exercer o direito de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio da sistemática do voto múltiplo e em votação em separado.

Seguem abaixo informações, de acordo com os itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativas:

(a) aos candidatos ao Conselho de Administração indicados na chapa da Acionista Controladora, quais sejam:

1. Burkhard Otto Cordes
2. Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães
3. Marcelo Eduardo Martins
4. Maria Rita Carvalho de Drummond
5. Nelson Roseira Gomes Neto
6. Rubens Ometto Silveira Mello

(b) ao membro eleito pelos empregados da Companhia:

1. Silvio Renato Del Boni

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Rubens Ometto Silveira Mello	24/02/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração 20 - Presidente do Conselho de Administração)	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		3
412.321.788-53	Engenheiro		24/07/2020	Sim	Não aplicável	91,3%
O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello ocupa cargo de membro do Comitê de Pessoas (Remuneração) não estatutário da Companhia.				Não aplicável		

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Rubens Ometto Silveira Mello - 412.321.788-53

Engenheiro Mecânico de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1972). Presidente do Conselho de Administração da Cosan S.A, empresa holding atuante nos segmentos de gás e energia, desde 2000 e da Cosan Limited. Desde 2015, é também CEO da Cosan Limited, holding, todas pertencentes ao grupo econômico da Companhia. Desde 1980, é Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Costa Pinto S.A., usina de açúcar. Desde 1998, é Presidente do Conselho de Administração da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., do segmento logístico, e, desde 2005, é Diretor e Presidente do Conselho de Administração da Aguassanta Participações S.A., holding. Ocupa também a posição de Conselheiro na ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo desde 2005. O referido administrador não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Maria Rita de Carvalho Drummond	18/02/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração de 22 - Conselho de Administração	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		0
052.815.287-42	Advogado	de Administração (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	0%
Não aplicável						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Maria Rita de Carvalho Drummond – 052.815.287-42

Graduada em Direito pela Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, com pós graduação em Direito Civil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e mestrado em Direito Internacional pela London School of Economics – LSE, ao longo da sua trajetória profissional, trabalhou no escritório de advocacia Barbosa, Mussnich e Aragão, foi Gerente para America Latina da BAT – British America Tobacco, controladora da Souza Cruz S.A. sediada em Londres, Gerente Jurídica das companhias abertas Cosan S.A e da Cosan Logística S.A. e Diretora Jurídica das mesmas companhias. Indicada pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), mandato de Conselheira de março de 2019 a março de 2022. Desde abril de 2020, Maria Rita Drummond passou a exercer a função de vice-presidente jurídica da Cosan Limited, Cosan S.A. e da Cosan Logística S.A. A referida administradora não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Marcelo Eduardo Martins	21/10/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		3
084.530.118-77	Administrador de empresas	Presidente Cons. de Administração	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Marcelo Eduardo Martins - 084.530.118-77

Administrador de negócios pela Fundação Getúlio Vargas, especializado em finanças. Membro efetivo do Conselho de Administração da Cosan S.A. desde 2009, empresa holding atuante nos segmentos de gás e energia que integra o bloco de controle da Companhia. Foi diretor vice-presidente financeiro e de relação com investidores da referida empresa. O referido administrador não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Nelson Roseira Gomes Neto	15/03/1970	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 33 –	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		3
601.947.909-91	Engenheiro civil	Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
O Sr. Nelson Roseira Gomes Neto é Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia.				Não aplicável		

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Nelson Roseira Gomes Neto - 601.947.909-91

Formado em Engenharia (1992), mestrado em Finanças Corporativas (1998) e Master of Business Administration (2001). Atualmente Diretor Presidente da Comgás, atuou até abril/2016 também como Diretor Presidente da Cosan S.A., empresa holding atuante nos segmentos de gás e energia que integra o bloco de controle da Companhia. Após a compra dos ativos na Exxon Mobil pela Cosan em 2008, assumiu a presidência da Cosan Lubrificantes, do setor de combustíveis e lubrificantes, cargo que exerceu até 2014, data em que passou a fazer parte da diretoria executiva da Cosan S.A. e que permaneceu até assumir a posição de Diretor da Companhia, em janeiro de 2016. O referido administrador não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães	10/08/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		3
902.946.707-00	Estatístico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães - 902.946.707-00

Formado em Estatística, com MBA em Marketing. Trabalhou como Diretor de Marketing Lubrificantes Américas da Shell, dos setores de energia, petróleo e gás de janeiro/2008 até março/2011, em Houston/USA. Entre 2011 e 2012, ocupou o cargo de Vice-Presidente Executivo Comercial da Raízen Combustíveis (empresa integrante do grupo econômico da Companhia, que atua nos setores de energia, petróleo e gás), ocupou o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia e ocupa, atualmente, o cargo de Diretor Presidente da Raízen S/A desde 1º de abril de 2016. O referido administrador não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Burkhard Otto Cordes	06/05/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		2
286.074.808-39	Administrador de Empresas	de Administração (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
O Sr. Burkhard Otto Cordes ocupa cargo de membro do Comitê de Pessoas (Remuneração) não estatutário da Companhia				Não aplicável		

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Burkhard Oto Cordes - 286.074.808-39

Graduado em Administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1997), e pós-graduado (MBA em finanças) pelo IBMEC, em São Paulo (2001). O Sr. Burkhard atua no mercado financeiro há sete anos. Trabalhou no Banco BBM SA, empresa do Grupo Mariani, atuando na área comercial com o foco em middle market e Corporate. Atualmente ocupa o cargo de gerente financeiro, tendo anteriormente trabalhado na área financeira da IBM Brasil. É membro do Conselho de Administração da Cosan S.A. desde 2005. O referido administrador não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Silvio Renato Del Boni	19/05/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2021.		2
051.813.608-66	Engenheiro		24/07/2020	Não	Não aplicável	100%
Representante dos empregados no Conselho de Administração da Companhia, sendo gerente comercial da Companhia				Não aplicável		

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Silvio Renato Del Boni - 051.813.608-66

Tecnólogo em construção civil pela FATEC São Paulo – UNESP (incluir ano), engenheiro civil formado pela Universidade de Guarulhos, com MBA em gestão empresarial e gestão de projetos. Atualmente ocupa a função de gerente comercial Alto Padrão na Companhia, tendo ocupado as funções de gerente comercial regional desde 2010. O referido administrador não atua em organizações do terceiro setor e não está sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e/ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7/8. Composição dos Comitês

Não aplicável

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Burkhard Otto Cordes	286.074.808-39	Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS	61.856.571/0001-17	Genro ou Nora (2º grau por afinidade)
Membro do Conselho de Administração				

Pessoa Relacionada

Rubens Ometto Silveira Mello 412.321.788-53 Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS 61.856.571/0001-17
Presidente do Conselho de Administração da Companhia

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**Exercício Social 31.12.2019****Rubens Ometto Silveira Mello – CPF 412.321.788-53**

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Presidente do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class III Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto
Compass Gás e Energia S.A. Presidente do Conselho de Administração	21.389.501/0001-81	Controle	Controlador Direto

Maria Rita de Carvalho Drummond – CPF 052.815.287-42

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Diretora Jurídica	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Marcelo Eduardo Martins – CPF 084.530.118-77

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class III Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto

Compass Gás e 21.389.501/0001-81 Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	Controle	Controlador Direto
---	----------	--------------------

Burkhard Otto Cordes – CPF 286.074.808-39

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class II Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto

Nelson Roseira Gomes Neto – CPF 601.947.909-91

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Compass Gás e 21.389.501/0001-81 Energia S.A. Membro do Conselho de Administração		Controle	Controlador Direto

Exercício Social 31.12.2018

Rubens Ometto Silveira Mello – CPF 412.321.788-53

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Presidente do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class III Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto
Compass Gás e 21.389.501/0001-81 Energia S.A. Presidente do Conselho de Administração		Controle	Controlador Direto

Maria Rita de Carvalho Drummond – CPF 052.815.287-42

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Diretora Jurídica	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Marcelo Eduardo Martins – CPF 084.530.118-77

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class III Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto
Compass Gás e Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	21.389.501/0001-81	Controle	Controlador Direto

Burkhard Otto Cordes – CPF 286.074.808-39

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class II Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto

Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães – CPF 902.946.707-00

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Compass Gás e Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	21.389.501/0001-81	Controle	Controlador Direto

Exercício Social 31.12.2017

Rubens Ometto Silveira Mello – CPF 412.321.788-53

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Presidente do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class III Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto
Compass Gás e Energia S.A. Presidente do Conselho de Administração	21.389.501/0001-81	Controle	Controlador Direto

Maria Rita de Carvalho Drummond – CPF 052.815.287-42

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Diretora Jurídica	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Marcelo Eduardo Martins – CPF 084.530.118-77

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Cosan Limited Membro do Conselho de Administração (Class III Director)	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto
Compass Gás e Energia S.A. Membro do Conselho de Administração	21.389.501/0001-81	Controle	Controlador Direto

Burkhard Otto Cordes – CPF 286.074.808-39

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro do Conselho de Administração	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Cosan Limited	08.887.330/0001-52	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração (Class II Director)			

Luis Henrique Cals de Beauclair Guimarães – CPF 902.946.707-00

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Compass Gás e Energia S.A.	21.389.501/0001-81	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

**ANEXO IV – INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS A MEMBROS DO
CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA INDICADOS PELA ACIONISTA
CONTROLADORA (ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

A Acionista Controladora propõe que o Conselho Fiscal seja composto por 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, observado o disposto abaixo.

Membro Titular	Membro Suplente
Carla Alessandra Trematore	Felício Mascarenhas de Andrade
Marcelo Curti	Henrique Aché Pillar
Mario Augusto da Silva	Nadir Dancini Barsanulfo
Vanessa Claro Lopes	Francisco Silvério Morales Céspedes

Caso o direito de eleição, em votação em separado, de 1 (um) membro e respectivo suplente, conforme previsto no artigo 161, parágrafo 4º, “a” da Lei das Sociedades por Ações, seja exercido pelos acionistas detentores de ações preferenciais classe A, tal número poderá ser aumentado em um Conselheiro, passando o Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2020 a ser composto por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes.

Seguem abaixo informações, de acordo com os itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, relativas aos candidatos a membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal pela Acionista Controladora.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Marcelo Curti	09/01/1962	Pertence apenas ao Conselho Fiscal 43 -	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		2
036.305.588-60	Economista	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Marcelo Curti - 036.305.588-60

Economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado – São Paulo (FAAP) em 1985, pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) em 1986, é sócio diretor da RIO BRANCO Consultores Associados Ltda. Atuou no Grupo Safra de 1981 a 2008, quando exercia o cargo de Diretor Estatutário. Membro do Conselho Fiscal da Hypermarcas S.A. O Sr. Marcelo Curti não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Curti declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Henrique Aché Pillar	12/07/1954	Pertence apenas ao Conselho Fiscal 46 -	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		2
309.194.367-49	Engenheiro	Conselheiro Fiscal (Suplente)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	0%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Henrique Aché Pillar - 309.194.367-49

Engenheiro formada pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1976, com mestrado em Transportes também pelo IME em 1983 e especialização concluída pela INSEAD - Instituto Europeu de Administração de Empresas em 2001, atua 35 anos na área de logística: Gerente de Transporte da Mineração Brasileira Reunião S.A. (1986-1996); Diretor de Planejamento e Finanças da MRS Logística S.A. (1997-2010) e Sócios da CWH Consultoria Empresarial (2012-2013). Atualmente é consultor geral nas áreas de logística e infraestrutura desde 2012. O Sr. Henrique Aché não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Henrique Aché declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Vanessa Claro Lopes	11/01/1976	Pertence apenas ao Conselho Fiscal 43 -	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		2
162.406.218-03	Contadora	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Vanessa Claro Lopes – 162.406.218-03

Graduada em análise de sistemas pela FATEC / BS (1995) e ciências contábeis pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização em redes de computadores pela Universidade São Judas Tadeu (1998) e gestão empresarial pela FGV (2004). Com 20 anos de experiência profissional, atualmente é Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S/A e do Comitê de Auditoria da Tegma S/A. Ocupou o cargo de Diretora da Auditoria Interna Corporativa do Grupo TAM S/A entre os anos de 2010 e 2014. Anteriormente foi responsável pela Diretoria da Auditoria Interna da empresa Globex Utilidades S/A, conhecida por Ponto Frio. Iniciou sua carreira na área de Auditoria de Sistemas em 1995, na empresa PricewaterhouseCoopers, tendo participado da criação no Brasil do Grupo de Consultores para Telecom Network Services. Atuou como responsável pelas equipes de Auditoria das empresas de telefonia móvel do Grupo Telefônica, entre os anos de 2001 e 2004, tendo implementado na época o Mapeamento de Riscos para todas as empresas do grupo no Brasil. Durante 2 anos foi professora titular da cadeira de auditoria de sistemas e segurança da informação na Faculdade Objetivo, entre os anos de 1997 e 1998. A Sra. Vanessa Lopes não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Vanessa Lopes declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Francisco Silvério Morales Céspedes	21/06/1947	Pertence apenas ao Conselho Fiscal 46 -	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		2
049.049.078-68	Administrador	Conselheiro Fiscal (Suplente)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	0%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Francisco Silvério Morales Céspedes - 049.049.078-68

Graduado e pós-graduado em Administração de Empresas (FGV), possuindo cursos de especialização no Brasil e nos Estados Unidos (Harvard e Stanford), atuou por mais de 35 anos como diretor de Administração e Finanças e de Relações com Investidores (CFO e DRI) e membro de Conselhos de Administração, Comitês de Auditoria e de Finanças da São Paulo Alpargatas, Santista Têxtil e Monsanto do Brasil, entre outras empresas nacionais e estrangeiras. Durante 15 anos foi vice presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo (IBEF SP). Atualmente é consultor em Gestão Empresarial, participa de conselhos e comitês de diversas empresas e conduz a Fundação Cespe de Gestão Empresarial. O Sr. Francisco Morales não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Francisco Morales declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Mario Augusto da Silva	16/06/1976	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		0
925.760.875-15	Administrador de Empresas	43 - Conselheiro Fiscal (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	0%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Mario Augusto da Silva – 925.760.875-15

Possui mais de 20 anos de experiência profissional ocupando posições estratégicas em todas as empresas onde atuou. Especialista em Finanças, foi CEO da Cosan e CFO da Braskem e membro do Conselho de Administração da Rumo Logística e da Braskem-Idesa, joint-venture no México entre a Braskem e o Grupo Mexicano IDESA. Iniciou sua carreira como consultor na PwC, tendo passagens como CFO da Ocyan e consultor na Booz Allen. Ao longo da sua carreira, participou de grandes operações financeiras e estratégicas como a formação da Braskem, expansão da Ocyan, follow-on da Rumo Logística, além de ter realizado diversas operações de dívida e equity no mercado de capitais, local e internacional. Conselheiro de Administração da GranIHC, MRO Serviços Logísticos e da Nova Participações. Formado em Administração de Empresas com MBA pela Harvard Business School (2005-2007). O Sr. Mario Augusto da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Mario Augusto da Silva declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Nadir Dancini Barsanulfo	14/05/1950	Pertence apenas ao Conselho Fiscal 46 -	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		0
276.175.488-34	Economista	Conselheiro Fiscal (Suplente)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	0%
Membro do Comitê de Auditoria da Companhia		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Nadir Dancini Barsanulfo – 276.175.488-34

Nadir Dancini Barsanulfo é membro do Comitê de Auditoria da COMGÁS. Bacharel em Direito com pós-graduação em Ciências Contábeis pela FGV, iniciou sua carreira na Esso Brasileira de Petróleo em 1968, exercendo atividades nas áreas de logística, controladoria, finanças, auditoria e tributos. Em 1998 assumiu a Diretoria Tributária da Esso, em 2009 a mesma posição na Cosan S.A. e, em 2011 na Raízen S.A. (joint venture da Cosan com a Shell), onde se aposentou em dezembro de 2012, após mais de 44 anos de trabalho. Atualmente presta serviços de consultoria tributária para as empresas do Grupo Cosan. Nos últimos cinco anos exerceu cargos de Diretoria nas empresas Cosan Combustíveis e Lubrificantes S.A. (até 05/2011), BlueWay Trading Importação e Exportação S.A., Petróleo Sabba S.A., Raízen Fuels Finance Ltd., Raizen Energy Finance Ltd. e Raízen Cayman Ltd., (todos até 12/2012), bem como cargos de Conselheira Fiscal na Fundação Raízen, RaizPrev Entidade de Previdência Privada, Logum Logística S.A. (todas até o final de 2012) e na Futura Entidade de Previdência Privada (desde 08/2012). A Sra. Nadir Dancini Barsanulfo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Nadir Dancini Barsanulfo declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				
Carla Alessandra Trematore	30/10/1975	Pertence apenas ao Conselho Fiscal	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		2
248.855.668-86	Bacharel em Ciência da Computação	43 - Conselheiro Fiscal (Efetivo)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	100%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Carla Alessandra Trematore - 248.855.668-86

Bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Atuou no ramo de auditoria independente na Arthur Andersen, Deloitte e Ernst & Young entre 1996 e 2010 e foi gerente de auditoria interna na Confab, companhia aberta brasileira controlada pelo grupo ítalo-argentino Techint/Tenaris. Foi sócia da Hirashima & Associados, onde liderou serviços de consultoria contábil e financeira em reorganizações societárias e atuou como consultora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI. Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) entre 2007 e 2015 e controller em um grupo de empresas de geração e comercialização de energia elétrica (Bolognesi Energia S.A) de 2014 a 2016. Atualmente é gerente administrativa e financeira da CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A., empresa em fase de construção de uma usina de geração de energia elétrica com capacidade instalada de 1,5 GW, e sócia da Laplane Consultoria Econômica. Sua experiência compreende: auditoria das demonstrações financeiras de empresas de diversos segmentos (industriais e de serviços), de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais (USGAAP e IFRS); auditoria de controles internos, em consonância com a Sarbanes-Oxley Act; gerenciamento de processos de aquisição, fusão e incorporação de empresas (due diligences) com foco financeiro-contábil; assessoria em processos de reestruturações societárias; assessoria em processos de abertura de capital (IPOs no exterior e no Brasil); gerenciamento e monitoramento de riscos através do planejamento, execução e monitoramento de programas corporativos de auditoria interna com foco em riscos; avaliação e diagnóstico de fraudes corporativas; e controladoria. A Sra. Carla Alessandra Trematore não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Carla Alessandra Trematore declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data de eleição	Prazo do mandato		Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Se é membro independente, indicar o critério utilizado para determinar a independência	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função				

Felício Mascarenhas Andrade	27/04/1970	Pertence apenas ao Conselho Fiscal 46 -	24/07/2020	Até a AGO em que se deliberar sobre as demonstrações financeiras de 2020.		1
159.659.608-24	Empresário	Conselheiro Fiscal (Suplente)	24/07/2020	Sim	Não aplicável	0%
Não aplicável		Não aplicável				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Felício Mascarenhas Andrade – 159.659.608-24

Membro do Comitê de Auditoria da Cosan Ltd desde outubro de 2014. É sócio fundador da Vecte, consultoria especializada em boas práticas de Governança Corporativa. Desenvolveu sua carreira em consultorias internacionais como a Andersen, Accenture, Ernst & Young e KPMG. Ao longo de sua carreira assessorou dezenas de empresas brasileiras de grande porte no aprimoramento de sua gestão financeira, mecanismos de governança, gestão de riscos financeiros, preparação para IPO's, dentre outros temas voltados ao crescimento com proteção do Valor dos acionistas. Felício é membro do IBGC em São Paulo e ministra as disciplinas de Gestão de Riscos e Governança Corporativas em MBA's em São Paulo e Curitiba. O Sr. Felicio declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Felício declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

12.7/8. Composição dos Comitês

Não aplicável

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Não há nenhuma relação familiar.

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Exercício Social 31.12.2019

Francisco Silvério Morales Céspedes – CPF 049.049.078-68

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Marcelo Curti – CPF 036.305.588-60

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro Titular do Conselho Fiscal	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Henrique Aché Pillar – CPF 309.194.367-49

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto

Carla Alessandra Trematore – CPF 248.855.668-86

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Titular do Conselho Fiscal			

Vanessa Claro Lopes – CPF 162.406.218-03

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Titular do Conselho Fiscal			

Felício Mascarenhas Andrade – CPF 159.659.608-24

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro do Comitê de Auditoria			

Exercício Social 31.12.2018

Francisco Silvério Morales Céspedes – CPF 049.049.078-68

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho Fiscal			

Marcelo Curti – CPF 036.305.588-60

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Titular do Conselho Fiscal			

Henrique Aché Pillar – CPF 309.194.367-49

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Suplente do Conselho Fiscal			

Carla Alessandra Trematore – CPF 248.855.668-86

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Titular do Conselho Fiscal			

Vanessa Claro Lopes – CPF 162.406.218-03

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Titular do Conselho Fiscal			

Felício Mascarenhas Andrade – CPF 159.659.608-24

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro do Comitê de Auditoria			

Exercício Social 31.12.2017

Marcelo Curti – CPF 036.305.588-60

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro Titular do Conselho Fiscal			

Felício Mascarenhas Andrade – CPF 159.659.608-24

Identificação	CNPJ/CPF	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Cosan S.A.	50.746.577/0001-15	Controle	Controlador Indireto
Membro do Comitê de Auditoria			

**ANEXO V – REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA
COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019
(ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)**

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui política de remuneração, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2019, a qual pode ser consultada por meio do link <http://ri.comgas.com.br/ptb/estatutos-e-politicas>.

A política tem como objetivo garantir um modelo de remuneração competitivo e alinhado às práticas de mercado que potencializem a atração e retenção dos profissionais. Além disso, a Companhia possui também um Comitê de Remuneração, o qual tem como função recomendar a remuneração individual de cada órgão da Administração, sendo que as respectivas aprovações competem ao Conselho de Administração.

- b. Composição da remuneração, indicando:**

- i. Descrição dos elementos de remuneração e os objetivos de cada um deles**

- Conselho de Administração:**

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, paga mensalmente, tem por objetivo remunerar os conselheiros pelo desempenho de suas funções, alinhados à média de mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento do segmento e de negócios para enriquecer as discussões estratégicas da Companhia, acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução

dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado, garantindo as boas práticas de governança corporativa.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos como forma de remuneração pelos serviços prestados à Companhia.

- **Diretoria:**

A remuneração paga aos integrantes da Diretoria é baseada no princípio de remuneração global, que compreende uma parcela fixa, uma parcela variável e benefícios.

A parte fixa busca remunerar a Diretoria pelo desempenho de suas atribuições, objetivando a atração e retenção dos executivos, considera ainda a competitividade em relação ao mercado e competências individuais.

A parte variável é dividida em incentivo de curto prazo e longo prazo e é baseada no cumprimento de metas estabelecidas no *scorecard* da Companhia, o qual reflete os objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo definidos pelos acionistas, permitindo o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia de forma transparente, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e de mercado, objetivando a retenção de executivos qualificados e o cumprimento das metas estabelecidas para o desenvolvimento sustentável da Companhia.

Adicionalmente, os Diretores possuem benefícios alinhados com as melhores práticas de mercado, conforme pesquisa realizada: Assistência Médica, Assistência Odontológica, Vale Alimentação, Auxílio Medicamento, Seguro de Vida, Previdência Privada.

- **Conselho Fiscal:**

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal individual, fixada de acordo com o disposto no artigo 162, §3o, da Lei das Sociedades por Ações, correspondendo ao mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, é atribuída aos Diretores da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados.

Os honorários fixos mensais têm por objetivo remunerar os conselheiros pelo desempenho de suas funções, alinhados ao mercado, objetivando atrair e reter conselheiros com conhecimento técnico avançado, que possam acompanhar e monitorar resultados, aconselhar na condução dos negócios e contribuir com sugestões de melhores práticas de mercado.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios diretos ou indiretos como forma de remuneração pelos serviços prestados à Companhia.

- **Comitê de Auditoria:**

Os membros do Comitê de Auditoria fazem jus a uma remuneração fixa trimestral, que tem por objetivo remunerar os membros pelo exercício de suas funções, alinhada ao mercado, objetivando atrair e reter membros com conhecimento técnico avançado.

Os membros do Comitê de Auditoria não fazem jus a benefícios diretos e indiretos como forma de remuneração pelos serviços prestados à Companhia.

- **Demais Comitês não estatutários:**

Os demais Comitês da Companhia, inclusive o Comitê de Remuneração, detalhado abaixo, são constituídos de administradores e/ou empregados da Companhia, que não recebem remuneração específica para o exercício desta função.

O Comitê de Remuneração é composto por 03 (três) membros, tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração na definição e discussão das principais diretrizes relacionadas às políticas de Recursos Humanos da Companhia.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tipo de remuneração 2019	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	0%	16,0%	0%
Benefícios direto e indireto	N/A	0,4%	N/A
Participações em comitês	96,0%	N/A	83,3%

Encargos	4,0%	19,1%	16,7%
Remuneração variável			
Bônus	N/A	63,8%	N/A
Pós-emprego	N/A	0,9%	N/A

Tipo de remuneração 2018	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	0%	19,0%	0%
Benefícios direto e indireto	N/A	0,6%	N/A
Participações em comitês	96,0%	N/A	83,3%
Encargos	4,0%	19,2%	16,7%
Remuneração variável			
Bônus	N/A	60,6%	N/A
Pós-emprego	N/A	0,6%	N/A

Tipo de remuneração 2017	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração fixa			
Salário ou pró-labore	0%	32%	0%
Benefícios direto e indireto	N/A	1%	N/A
Participações em comitês	100%	N/A	100%
Encargos	0%	11%	0%
Remuneração variável			
Bônus	N/A	54%	N/A
Pós-emprego	N/A	2%	N/A

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia procura manter a competitividade e atualidade de sua política e práticas de remuneração. Para tal, realiza periodicamente pesquisas de mercado, com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado, de mesmo porte e origem de capital.

Os resultados de tais pesquisas servem de base para os estudos de atualização dos valores, múltiplos de salário, benefícios e políticas de remuneração.

O reajuste da remuneração dos membros da administração da Companhia é feito com base em pesquisa de mercado. Adicionalmente, concedem-se reajustes nas remunerações fixas por mérito, promoção ou equiparação, sempre baseado no desempenho do administrador.

A remuneração variável, incentivos de curto prazo está diretamente atrelada aos indicadores contidos no scorecard da Companhia, que contém as metas definidas para o período, sendo paga em múltiplos da remuneração, os quais são corrigidos de acordo com o parágrafo acima. No caso dos incentivos de longo prazo, o valor pago corresponde a um lote padrão definido por meio do múltiplo da remuneração e corrigido a cada ano de acordo com a variação do preço da ação preferencial da Companhia negociada na B3 sob o código CGAS5 no momento do pagamento

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Os valores pagos a título de remuneração fixa são estabelecidos conforme os padrões seguidos pelo mercado e permitem atrair membros qualificados. Para a determinação dos itens de remuneração variável, são levadas em consideração a performance do Diretor e suas metas individuais, bem como os resultados da Companhia estabelecidos no *scorecard*, incentivando, assim, o alinhamento entre os interesses dos administradores e dos acionistas da Companhia.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2017, apenas um membro do Conselho Fiscal renunciou ao direito de remuneração pelo exercício de suas funções. Em 2018 e 2019, não houve renúncia ao direito de remuneração pelo exercício de suas funções.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tipo de remuneração	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração fixa	Valor fixo mensal	Desempenho de suas atribuições	Presença em reuniões.
Incentivo de Curto Prazo	N/A	Scorecard da Companhia e performance individual.	N/A
Incentivo de Longo Prazo	N/A	Performance individual e desempenho das ações da Companhia no mercado financeiro.	N/A

Os benefícios diretos e indiretos são baseados nas melhores práticas de mercado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O equilíbrio entre parcela fixa e variável da remuneração total dos Diretores assegura que o valor recebido a cada ano reflete a performance do período, considerando que as mudanças no ambiente do negócio são capturadas pelas metas do *scorecard*, revisto anualmente.

Uma vez que a remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês correspondem apenas à uma parcela fixa, não há indicadores de desempenho atrelados a tal remuneração.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A composição da remuneração definida para os administradores está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos, sendo que a remuneração fixa reflete o desempenho das suas funções, e a parcela variável sofre os impactos diretos dos resultados obtidos no curto prazo e longo prazo baseado na performance individual e da companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Atualmente, não existe remuneração dos administradores da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não é aplicável, pois não há a existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado qualquer evento societário.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório de definição da remuneração individual é recomendado pelo Comitê de Remuneração que reflete as práticas de mercado, verificadas por meio de pesquisas de remuneração periódicas, realizadas por consultorias especializadas, tendo por foco a comparação com empresas de mesmo porte da Companhia e tem a aprovação do montante geral realizada pelo Conselho de Administração.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração reflete as práticas de mercado, verificadas por meio de pesquisas de remuneração periódicas, realizadas por consultorias especializadas, tendo por foco a comparação com empresas de mesmo porte da Companhia.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A área de recursos humanos acompanha periodicamente os movimentos de mercado, baseando nossas práticas em pesquisas realizadas com empresas de mesmo porte, para alinhar a remuneração dos nossos administradores.

3.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020				
Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	7	9	8	24
Número de membros remunerados	7	9	4	20
Remuneração fixa anual	-	-	-	0
Salário ou pró-labore	-	7.502.784,18	-	7.502.784,18
Benefícios diretos e indiretos	-	309.010,15	-	309.010,15
Remuneração por participação em comitês	2.361.600,00	-	573.729,12	2.935.329,12
Outros	98.400,00	4.848.647,71	114.745,92	5.061.793,63
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	6.350.495,00	-	6.350.495,00
Participação nos resultados	-	13.151.665,13	-	13.151.665,13
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	459.668,64	-	459.668,64
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	2.195.055,79	-	2.195.055,79
Valor da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	-	-	-	-
Total da remuneração	2.460.000,00	34.817.326,60	688.475,04	37.965.801,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019				
Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	8	6	5	19
Número de membros remunerados	8	6	5	19
Remuneração fixa anual	-	-	-	0
Salário ou pró-labore	-	6.918.861,22	-	6.918.861,22
Benefícios diretos e indiretos	-	183.164,32	-	183.164,32
Remuneração por participação em comitês	3.083.800,00	-	591.367,76	3.675.167,76

Outros	129.560,00	8.267.416,42	118.273,55	8.515.249,97
Remuneração variável	0,04	-	0,20	0,24
Bônus	-	14.085.958,82	-	14.085.958,82
Participação nos resultados	-	13.420.506,84	-	13.420.506,84
Remuneração por participação em reuniões	-		-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	388.508,83	-	388.508,83
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	1.842.309,67	-	1.842.309,67
Valor da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	-	-	-	-
Total da remuneração	3.213.360,04	45.106.726,13	709.641,51	49.029.727,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	9,0	6,0	5,0	20,0
Número de membros remunerados	8,3	5,7	4,2	18,2
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	5.805.441,24	-	5.805.441,24
Benefícios diretos e indiretos	-	170.514,10	-	170.514,10
Remuneração por participação em comitês	3.083.800,00	-	591.367,76	3.675.167,76
Outros	129.560,00	5.860.701,33	118.273,55	6.108.534,88
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	11.514.846,13	-	11.514.846,13
Participação nos resultados	-	5.376.732,05	-	5.376.732,05
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	173.055,36	-	173.055,36
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	1.576.234,78	-	1.576.234,78
Valor da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	-	-	-	-
Total da remuneração	3.213.360,00	30.477.524,99	709.641,31	34.400.526,30

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	9,0	5,0	5,0	19,0
Número de membros remunerados	9,0	5,0	3,8	17,8
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	5.116.281,51	-	5.116.281,51
Benefícios diretos e indiretos	-	172.513,56	-	172.513,56
Remuneração por participação em comitês	1.560.000,00	-	492.977,60	2.052.977,60
Outros	0,00	1.793.419,16	0,00	1.793.419,16
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	148.690,36	-	148.690,36
Participação nos resultados	-	7.702.379,57	-	7.702.379,57
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	261.081,73	-	261.081,73
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações, incluindo opções	-	903.567,13	-	903.567,13
Valor da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	-	-	-	-
Total da remuneração	1.560.000,00	16.097.933,02	492.977,60	18.150.910,62

13.3. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício Social de 2020				
Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	7	9	8	24
Número de membros remunerados	7	9	4	20
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	21.697.215,91	N/A	21.697.215,91
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	8.824.445,76	N/A	8.824.445,76
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2019				
Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	8,0	6,0	5,0	19,0
Número de membros remunerados	8,0	6,0	4,2	18,2
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	22.358.321,29	N/A	22.358.321,29
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	7.947.178,39	N/A	7.947.178,39
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	29.348.775,34	N/A	29.348.775,34

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2018				
Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	9,0	6,0	5,0	20,0
Número de membros remunerados	8,3	5,7	4,2	18,2

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	11.673.606,55	N/A	11.673.606,55
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	4.978.119,34	N/A	4.978.119,34
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	18.467.812,96	N/A	18.467.812,96

Remuneração variável do Exercício Social em 31/12/2017 Valores Anuais				
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	TOTAL
Número total de membros	9,0	5,0	5,0	19,0
Número de membros remunerados	9,0	5,0	3,8	17,8
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	9.880.281,08	N/A	9.880.281,08
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	4.025.428,93	N/A	4.025.428,93
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	8.754.637,06	N/A	8.754.637,06

O plano possui cinco níveis de escalonamento (Abaixo, Parcial, Alvo, Acima e Excelente). Caso as metas estabelecidas no Scorecard não sejam cumpridas, não há valor a ser recebido com remuneração variável.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Atualmente, a Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações em vigor. O “Plano de Remuneração Baseado em Ações”, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2017, prevê a outorga de ações a administradores e funcionários da Companhia. O efetivo

usufruto do direito do recebimento de ações ou valores correspondentes dá-se após o cumprimento pré-determinado período de carência.

a. Termos e condições gerais

O plano de remuneração baseado em ações, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2017, prevê a distribuição de ações da Companhia a executivos e administradores da emissora.

O Conselho de Administração, responsável pela administração do Plano, poderá fazê-lo diretamente ou servir-se de um Comitê de Remuneração para assessorá-lo.

Periodicamente, o Conselho ou o Comitê criará programas de concessão de ações, nos quais deliberará, respeitados os termos do plano, sobre os beneficiários do programa, quantidade de ações distribuídas, a divisão da outorga em lotes, eventuais restrições ao efetivo recebimento das ações e disposições sobre penalidades.

Os beneficiários de cada programa são nominalmente indicados pelo Conselho de Administração ou Comitê. Não é obrigatória a atribuição à condição de participante a todos os funcionários e executivos da Companhia, tampouco a distribuição de uma mesma quantidade de ações aos beneficiários de um mesmo nível. Tanto para a definição dos beneficiários, como das quantidades individuais concedidas, são considerados diferentes aspectos, tais como a complexidade e essencialidade da função, o potencial do funcionário, a participação em projetos estratégicos e o desempenho do funcionário, entre outros aspectos.

Uma vez lançado cada programa, o Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições de cada ação em Contrato de Outorga de Ações, individualmente firmado entre a companhia e cada funcionário.

As ações entregues aos participantes terão os direitos estabelecidos pelo Plano de Remuneração Baseado em Ações, nos respectivos programas e contratos individuais, sendo certo que o participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às ações, até a data da efetiva transferência das ações aos participantes.

b. Principais objetivos do plano

Os principais objetivos dos planos de remuneração baseados em ações atualmente vigentes na Companhia são, através da concessão da oportunidade de tornarem-se acionistas, (i) melhor alinhar os interesses destes administradores e empregados aos acionistas, consequentemente motivando-os à busca de desempenho superior, que agregue valor à Companhia em longo prazo.

Além disso, ao estipular períodos de carência, de maneira que somente tem o direito ao exercício integral das ações o executivo que durante todo o período de carência permanecer na companhia, o plano permite fortalecer a retenção de executivos-chave.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao vincular a efetiva concessão das ações à permanência do executivo na Companhia, o plano contribui para a retenção de executivos-chave. Além disso, por tal remuneração ser liquidada em ações, fortalece o comprometimento dos executivos com a agregação de valor à Companhia em longo prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A remuneração de longo prazo, na qual insere-se o Plano de Remuneração Baseado em Ações, constitui parte significativa da remuneração total de nossos administradores, e vincula os interesses dos executivos aos dos acionistas e ao desempenho da Companhia, uma vez que os ganhos percebidos pelos executivos estão diretamente vinculados ao valor das ações no momento do exercício da concessão efetiva das ações.

A possibilidade de que se tenha tais ganhos, por sua vez, proporciona a retenção de tais executivos.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Como descrito nos itens 13.4 a até 13.4 (d), está vigente um plano de remuneração baseados em ações atualmente na Companhia.

O Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2017, prevê a concessão de ações após cumprido determinado período

de carência, definido em cada Programa de Concessão de ações, também alinha os interesses de administradores e acionistas uma vez que o valor e quantidade das ações concedidas é determinado quando da outorga, sendo tão maior o benefício percebido pelos executivos, quão maior for a valorização das ações.

O plano fortalece o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas ao (i) considerar aspectos como desempenho, complexidade da função, estímulo à retenção e potencial, entre outros, e (ii) somente conceder o direito ao exercício/recebimento do total das ações concedidas aos executivos que permanecerem vinculados à Companhia até o final do período de carência.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Plano de Remuneração Baseado em Ações, prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia, já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. Até a presente data, foram outorgadas 339.550 (trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta) ações, através de 4 programas de outorga de ações, totalizando 0,25% do capital social da Companhia, as quais serão efetivamente distribuídas após 05 (cinco) anos a contar da data de aprovação de cada programa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Remuneração Baseado em Ações não prevê a outorga de opções, sendo o mesmo liquidado diretamente em ações ou em dinheiro (moeda local corrente). A opção pela forma de liquidação é definida pelo Conselho de Administração ou Comitê específico, estabelecido pelo Conselho de Administração para a administração do Plano de Remuneração Baseado em Ações e seus programas, se assim o quiser.

h. Condições de aquisição de ações

Na primeira concessão de ações sob o primeiro programa de concessão de ações, foram distribuídas 61.300 (sessenta e um mil e trezentas) ações, no segundo programa, foram outorgadas 97.780 (noventa e sete mil e setecentos e oitenta) ações, no terceiro programa, foram outorgadas 96.787 (noventa e seis mil, setecentos e oitenta e sete) ações e no quarto programa foram outorgadas 83.683 (oitenta e três mil, seiscentos e oitenta e três) ações, que serão efetivamente transferidas integral e gratuitamente após

05 anos, a contar da aprovação da outorga, em quantidade eventualmente ajustada – os dividendos pagos no período poderão, a critério exclusivo da Companhia, ser convertidos em novas ações.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

De acordo com os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2017, as ações concedidas pelos programas de concessão serão transferidas a título gratuito uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações. O valor das ações distribuídas será determinado pelo Conselho de Administração ou o Comitê, se instituído, e equivalerá ao valor de fechamento da ação da emissora no pregão - na B3 - imediatamente anterior a outorga.

Para o cálculo do valor justo das ações concedidas sob os termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações foi utilizada a metodologia Black and Scholes, refletindo a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

A tabela abaixo resume as posições das ações concedidas sob cada programa de concessão de ações já realizado no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Ações:

Programa	Data de Outorga	Valor na data da Outorga
Período IV	31/07/2019	R\$ 79,00
Período III	31/07/2018	R\$ 59,66
Período II	12/08/2017	R\$ 54,25
Período I	19/09/2016	R\$ 51,36

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Como descrito no item 13.1 (b), em especial no item 13.1 (b) (iv), a Companhia realiza periodicamente pesquisas de remuneração com o apoio de consultorias especializadas, comparando suas práticas às de outras empresas de mesmo porte e origem de capital. A análise destas práticas é uma importante fonte de informações para a discussão e definição dos prazos para exercício do Plano de Remuneração Baseado em Ações, descrito ao longo do item 13.4 (a. até h.).

Também são considerados na definição dos prazos para exercício outros aspectos tais como turnover e estratégias para retenção de administradores chave, possibilidade de conquista dos objetivos de médio e longo prazo da Companhia, entre outros.

k. Forma de liquidação

As ações concedidas pelos programas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações poderão, a critério exclusivo do Conselho de Administração ou Comitê, se instituído, ser liquidadas em ações ou valor equivalente em dinheiro, uma vez cumpridas todas as exigências especificadas nos contratos de concessão de ações firmados entre a Companhia e os executivos.

No caso de liquidação em ações, serão transferidas ações disponíveis em tesouraria ou serão emitidas novas ações por meio de aumento de capital.

l. Restrições à transferência das ações

As ações concedidas em virtude dos programas do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia poderão ser livremente alienadas pelo participante, no mercado de ações (Bolsa de Valores), observados os períodos de bloqueio fixados no respectivo plano, na legislação em vigor, nas normas internas e na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Remuneração Baseado em Ações poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, ou Comitê, se instituído, sempre observados os requisitos do Estatuto Social da Companhia e acordo de acionistas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do Emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento de participantes da Companhia, em virtude do término de contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de participantes.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Plano de Remuneração baseado em ações			
Descritivo \ Órgão	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Período I			
Data Outorga	N/A	19/09/2016	N/A
Quantidade ações Outorgadas	N/A	61.300	N/A
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	100% após 5 anos	N/A
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	19/12/2021	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	51,36	N/A
Período II			
Data Outorga	N/A	08/12/2017	N/A
Quantidade ações Outorgadas	N/A	97.780	N/A
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	100% após 5 anos	N/A
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	08/12/2022	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	54,25	N/A
Período III			
Data Outorga	N/A	31/07/2018	N/A
Quantidade ações Outorgadas	N/A	96.787	N/A
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	100% após 5 anos	N/A
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	31/07/2023	N/A

Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	59,66	N/A

Período IV			
Data Outorga	N/A	31/07/2019	N/A
Quantidade ações Outorgadas	N/A	83.683	N/A
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	N/A	100% após 5 anos	N/A
Prazo máximo para exercício das ações	N/A	31/07/2024	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	78,58	N/A

13.6. Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, pois a Companhia não remunerou, no último exercício social, seus administradores com base em opções.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, pois a Companhia não remunerou, nos últimos exercícios sociais, seus administradores com base em opções e não houveram ações entregues relativas à remuneração baseada em ações.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Como explicitado no item 13.4 (a. até n.), atualmente há um plano de remuneração baseado em ações vigentes na Companhia.

O Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2017, prevê a outorga de ações a administradores e funcionários da Companhia. Em ambos os casos, o efetivo usufruto do direito de compra de opções ou recebimento de ações dá-se após o cumprimento de pré-determinado período de carência.

Os modelos e premissas gerais utilizadas para precificação das ações referentes ao plano estão explicadas nos itens abaixo.

a. Modelo de precificação

O valor justo das ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações foi calculado com base no Modelo Black-Scholes, refletindo a determinação do Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

i. Data de Cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, as ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações devem ser avaliadas na data da outorga respectiva.

ii. Preço médio ponderado das ações

O Plano de Remuneração Baseada em Ações utiliza como base de cálculo do valor das ações concedidas o valor de mercado das ações no pregão imediatamente anterior a outorga.

iii. Preço de Exercício

Tendo em vista as premissas para definição do valor de ações concedidas sob o respectivo plano e os critérios para definição do preço de exercício, como explicado no item 13.4 (i), as ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseada em ações serão transferidas aos beneficiários, cumpridas as

condições estabelecidas em cada programa, a título gratuito, e por isso têm seu preço de exercício fixado em R\$ 0,00.

iv. Volatilidade esperada

A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da companhia.

v. Prazo de vida do instrumento

As ações concedidas sob o Plano de Remuneração Baseado em Ações serão transferidas aos beneficiários que ainda estejam na Companhia em 05 (cinco) anos, a contar da data de outorga das ações. Por serem transferidas a título gratuito, coincide a data de transferência, a saber, 20 de abril de 2022 (Período I), 08 de dezembro de 2022 (Período II), 31 de julho de 2023 (Período III) e 31 de julho de 2024 (Período IV), com o fim da vida das ações enquanto objeto do plano.

vi. Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações.

vii. Taxa de juros livre de riscos

A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na B3 na ocasião da outorga e pelo prazo equivalente ao termo das ações entregues.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, para as quais existem informações sobre preço das ações disponíveis.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características utilizadas estão descritas acima.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão

Posição acionária na Companhia dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em 31 de dezembro de 2019:

Sociedade	Categoria	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Companhia de Gás de São Paulo – Comgás	Ações ordinárias	0	0	0
	Ações preferenciais	1	0	0
	Outorga de Ações	0	186.616	0

Ações Detidas Indiretamente				
Sociedade	Categoria	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Cosan S.A.	Ações ordinárias	642.035	3.267	0
	Ações preferenciais	0	0	0
	Opções de compra de ações	4.660.000	0	85.000
	Bônus Conversíveis em Ações	70.000	0	7.200
Cosan Limited	Ações ordinárias A	0	0	0

	Ações ordinárias B	0	0	0
	Bônus Conversíveis em Ações	212.000	0	0
	Bônus Conversíveis em Ações	0	0	0
	Ações ordinárias A	0	0	0

Tendo em vista o exposto no quadro acima, não existem outras ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por administradores e conselheiros.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

O Conselho de Administração da Companhia não possui plano de previdência conferido pela Companhia a seus membros. Apresentamos abaixo o plano de previdência conferido aos membros da Diretoria da Companhia.

Descritivo \ Órgão	Diretoria
Número de membros	6 Diretores
Número de membros remunerados	6 Diretores
Nome do plano	PLAC – Programa de Aposentadoria Comgás
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	Período mínimo de trabalho na Comgás: 2 anos. Período mínimo de participação no plano: 2 anos ininterruptos de contribuição. Idade mínima para receber um benefício do plano Comgás: De 55 anos a 59 anos e 11 meses. Necessidade de quebra de vínculo com a Comgás: Sim.
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 4.464.809,83

Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 369.113,35
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	<p>O Plano prevê as seguintes hipóteses de resgate antecipado:</p> <p>(a) Durante a vigência do contrato de trabalho do empregado é possível, eventualmente, sacar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 10% das contribuições feitas pelo empregado e pela Comgás a qualquer momento (excluindo-se a parte que se refere ao serviço prestado no passado). • Os 90% restantes das contribuições efetuadas pelo empregado também podem ser resgatados, porém o empregado perderá a contrapartida que a Comgás depositou em seu nome desde o início do plano, incluindo o crédito do serviço prestado no passado. <p>(b) E no caso de desligamento da empresa as condições são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saída por iniciativa própria: antes de preencher as condições exigidas para a aposentadoria se o empregado tiver no mínimo 5 anos de participação do plano, terá direito a resgatar de uma única vez, 100% das suas contribuições e ainda até 83,33% das contribuições da empresa, incluindo o serviço passado, sendo 55,55%, mais 5,55% por ano que exceder 5 anos de participação do plano, limitando a 83,33% do valor total. • Saída por iniciativa da empresa por motivo diferente de justa causa, e tendo pelo menos 2 anos de participação no plano, terá a opção de resgatar de uma única vez, 100% das suas contribuições e ainda os seguintes valores: a – 100% do saldo relativo ao serviço passado, b – 55,55% das contribuições da empresa referentes aos primeiros 2 anos, c – 5,55% por ano que exceder 2 anos de participação no plano até 100% do total.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Órgão \ Descritivo		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Conselho Administração	Número de membros	8	9	9
	Número de membros remunerados	8	8	9
	Valor da maior remuneração individual	1.332.000,00	1.332.000,00	360.000,00
	Valor da menor remuneração individual	72.000,00	86.400,00	60.000,00
	Valor médio de remuneração individual	240.000,00	387.151,81	173.333,33
Diretoria	Número de membros	6	6	5
	Número de membros remunerados	6	5,7	5
	Valor da maior remuneração individual	25.350.320,62	15.157.975,42	5.621.923,75
	Valor da menor remuneração individual	2.543.414,42	3.158.366,02	2.389.106,58
	Valor médio de remuneração individual	7.517.787,69	5.346.934,21	3.219.586,60
Conselho Fiscal	Número de membros	5	5	5
	Número de membros remunerados	5,8	4,2	3,8
	Valor da maior remuneração individual	143.432,28	172.118,73	121.224,00
	Valor da menor remuneração individual	47.810,76	172.118,73	121.224,00
	Valor médio de remuneração individual	116.316,42	168.962,22	129.730,95

Observação: Valores da menor remuneração apurados com a exclusão de membro do órgão que tenha exercido o cargo por menos de 12 meses

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois a Companhia não tem políticas específicas para estas finalidades.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Descrição	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2019	% da remuneração reconhecida no resultado da Companhia	71,65%	0,0%	0,0%
2018	% da remuneração reconhecida no resultado da Companhia	69,1%	0,0%	0,0%
2017	% da remuneração reconhecida no resultado da Companhia	46,2%	0,0%	0,0%
2016	% da remuneração reconhecida no resultado da Companhia	45,9%	0,0%	0,0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer remuneração paga a membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia por outras razões que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos 3 últimos exercícios sociais, foram reconhecidas remunerações de membros do Conselho de Administração no resultado do controlador.

Controladores diretos e indiretos				
	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
2019	2.220.000,00	0,00	0,00	2.220.000,00
2018	2.220.000,00	0,00	0,00	2.220.000,00
2017	720.000,00	0,00	0,00	720.000,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações prestadas no item 13.2, referente à remuneração dos administradores, adotaram metodologias diferentes de classificação das remunerações das que constam nas demonstrações financeiras. Os valores totais são compatíveis em ambos relatórios, porém com quebras diferentes.